

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Amanda Chaves Moreira Cangussu

FAMÍLIA E JUVENTUDE:
uma análise sistêmica no contexto escolar

Belo Horizonte
2015

Amanda Chaves Moreira Cangussu

**FAMÍLIA E JUVENTUDE:
uma análise sistêmica no contexto escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção de título de Mestre em Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Área de concentração: Intervenções Clínicas e Sociais

Belo Horizonte

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C222f Cangussu, Amanda Chaves Moreira
Família e juventude: uma análise sistêmica no contexto escolar / Amanda Chaves Moreira Cangussu. Belo Horizonte, 2015.
86 f.

Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Relações familiares. 2. Família. 3. Adolescência - Aspectos sociais. 4. Rendimento escolar. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 159.922.8

Amanda Chaves Moreira Cangussu

**FAMÍLIA E JUVENTUDE:
uma análise sistêmica no contexto escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia

Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli - PUC Minas (Orientadora)

Profa. Dra. Nádia Laguárdia de Lima – UFMG (Banca Examinadora)

Profa. Dra. Stella Maria Poletti Simionato Tozo – PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2015

*Ao meu marido, Rodrigo Cangussu,
companheiro de todas as horas.
Aos meus pais, Cleber e Beatriz, grandes
incentivadores.
Ao meu filho, Marco Antônio, que
reinventou a minha vida.*

AGRADECIMENTOS

À professora Doutora Roberta Carvalho Romagnoli, que com sua tranquilidade e sabedoria, me orientou nesse trabalho e, acima de tudo, foi incentivadora a todo momento.

À professora Doutora Nádia Laguardia de Lima e à professora Doutora Stella Maria Poletti Simionato Tozo pela boa vontade, disponibilidade e pelas contribuições inestimáveis à esta dissertação.

Ao meu esposo Rodrigo pelo companheirismo, incentivo, pela compreensão nos vários momentos em que tive que me ausentar em função do mestrado. Também por acreditar sempre na minha capacidade e por todo o amor.

Aos meus pais que nunca mediram esforços para que eu alcançasse meus objetivos. Por terem sempre me mostrado a importância da educação, do estudo. Por serem os maiores torcedores e incentivadores incondicionais da minha vitória.

À minha avó Neide, meus irmãos Marco Túlio e Lucas e minha sogra Berenice, pelo incentivo e confiança.

Às famílias entrevistadas pela disponibilidade de participarem da pesquisa, por acreditarem no meu trabalho e pela confiança depositada. Sem vocês não seria possível a realização desta pesquisa.

Ao IFNMG – Campus Montes Claros por acreditar nesse trabalho e contribuir para que a pesquisa fosse realizada neste Instituto.

A todos que, de alguma maneira, contribuíram para que eu pudesse realizar o mestrado.

“Adolescente

A vida é tão bela que chega dar medo. Não o medo que paralisa e gela, estátua súbita, mas esse medo fascinante e fremente de curiosidade que faz o jovem felino seguir para a frente farejando o vento ao sair, pela primeira vez, da gruta. Medo que ofusca: luz! Cumplicemente, as folhas cantam-te um segredo velho como o mundo: adolescente, olha! A vida é nova... a vida é nova e anda nua – vestida apenas com o teu desejo”.

(QUINTANA, 2012, p. 102)

A Família é, ao mesmo tempo, o “lugar” onde temos nossas maiores sensações de alegria, felicidade, prazer e amor e o “lugar” de onde trazemos tristezas, desencontros, brigas e ódios. É na família que aprendemos a linguagem mais complicada da vida: somos capazes de agredir com a maior profundidade de nosso ser as pessoas que nós mais amamos no mundo. Então, é na família e nas suas relações que encontramos nosso maior e mais profundo amor e nosso maior e mais profundo ódio.

(CAPELATTO, 1999, p. 5)

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema o estudo da relação entre família, juventude e escola, focando em seus efeitos no desempenho dos jovens do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG – *campus* Montes Claros. Seu objetivo é levantar e analisar sistemicamente como o jovem se relaciona com as influências familiares nesse contexto e quais efeitos resultam dessas relações. Para tal, a teoria sistêmica foi utilizada como marco teórico e a pesquisa qualitativa como metodologia. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com alunos do ensino médio integrado ao técnico que estudam no IFNMG – *campus* Montes Claros, assim como entrevistas semiestruturadas com os familiares desses adolescentes. Dessa forma, realizamos o levantamento de questões relacionadas à adolescência, à família e à escola objetivando articulá-las com a teoria sistêmica. Os resultados revelam que os diversos sistemas em que o adolescente está inserido influenciam de maneira relevante o desenvolvimento dele. A família e a escola, de maneira especial, são sistemas que quando se inter-relacionam, tornam-se facilitadores do processo de amadurecimento e desenvolvimento desses adolescentes.

Palavras-chave: Família. Teoria sistêmica. Adolescência. Escola.

ABSTRACT

This research theme is the study of the relationship between family, youth and school, focusing on its effects on the performance of the young Federal Institute of Education, Science and Technology North of Minas Gerais - IFNMG - Montes Claros campus. Your goal is to raise and examine systemically how the young relates to family influences in this context and what effects result from these relationships. To this end, systemic theory was used as a theoretical framework and qualitative research as a methodology. Data collection was conducted through semi-structured interviews with students to technical integrated high school studying in IFNMG - campus Montes Claros, as well as semi-structured interviews with the families of these adolescents. Thus, we conducted a survey of issues related to adolescence, the family and the school aiming to articulate them with systemic theory. The results show that the various systems in which the teenager is inserted significantly affected his development. The family and school, in a special way, are systems that when interrelate, become facilitators of the process of maturing and development of these adolescents.

Keywords: Family. Systemic theory. Adolescence. School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

EAD – Educação à Distância

EAF – Escola Agrotécnica Federal de Salinas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Ed. Editora

FIC – Formação Inicial e Continuada

IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

MEC – Ministério da Educação

n. Número

OMS – Organização Mundial de Saúde

p. Página

Org. Organizador

PROEJA – Educação de Jovens e Adultos

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

v. Volume

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FAMÍLIA E ADOLESCÊNCIA	15
2.1 A instituição família e suas transformações ao longo do tempo	15
2.2 A adolescência como construção social	23
3 PENSANDO FAMÍLIA, ADOLESCÊNCIA E ESCOLA	32
3.1 O pensamento sistêmico e seus paradigmas	32
3.2 Alguns importantes conceitos da teoria sistêmica de família	38
3.3 O ciclo vital da adolescência e o desempenho escolar	40
4 COMPREENDENDO A RELAÇÃO FAMÍLIA VERSUS ESCOLA NA ADOLESCÊNCIA	45
4.1 METODOLOGIA	45
4.1.1 Caracterização da pesquisa	45
4.2 ANÁLISE DE DADOS	52
4.2.1 <i>Adolescência na família</i>	53
4.2.2 <i>Escola e participação familiar</i>	60
4.2.3 <i>Interferências da família e da escola</i>	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	80

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema o estudo da relação família e juventude, focando em seus efeitos no processo de aprendizagem dos jovens do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG – *Campus* Montes Claros. Através desta, investigamos a relação entre a dinâmica familiar e o desempenho escolar dos jovens por meio de uma leitura sistêmica, buscando referência teórica nos autores que pesquisam a respeito de família e a teoria sistêmica e seus conceitos. Além disso, visamos escutar essas famílias e esses jovens sobre as narrativas que emergem nessas relações e atribuem significado ao seu cotidiano.

O foco desta pesquisa foram alunos do ensino médio integrado ao técnico do IFNMG – *Campus* Montes Claros. O IFNMG foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, através da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF), instituições com mais de 50 anos de experiência na oferta da educação profissional. Atualmente, agrega onze *campi* – *Campus* Almenara, *Campus* Araçuaí, *Campus* Arinos, *Campus* Diamantina, *Campus* Avançado Janaúba, *Campus* Januária, *Campus* Montes Claros, *Campus* Pirapora e *Campus* Salinas – e a Reitoria, sediada em Montes Claros (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS, 2009).

A instituição tem como missão produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico, para a formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Com isso, visa contribuir para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo.

O IFNMG – *Campus* Montes Claros, por sua vez, foi implantado, sob autorização do Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 1.366, em 06 de dezembro de 2010, em Montes Claros. A partir de então, iniciaram-se os Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes de Informática, Segurança do Trabalho e Eletrotécnica. Atualmente desenvolve suas atividades em sede própria e oferta também cursos Técnicos de Química e Informática integrados ao Ensino Médio, Curso Superior em Engenharia Química e o Curso Superior de Ciência da

Computação. Atualmente o *Campus* Montes Claros tem aproximadamente 700 alunos regularmente matriculados nos referidos cursos presenciais e 5000 alunos matriculados nos cursos de Ensino à Distância (EAD).

A partir da minha atuação profissional como psicóloga na referida instituição, onde trabalho diretamente com alunos do ensino médio integrado ao ensino técnico, percebo a importância de se estudar o corrente tema. Vale relatar que no dia a dia atuo com diferentes tipos de intervenção, considerando as demandas que surgem. Com isso, é possível perceber situações que envolvem tanto o adolescente, quanto a família e também a escola.

A orientação a pais e alunos em relação às dificuldades escolares, bem como a outros assuntos de interesse para o desenvolvimento do aluno é uma das intervenções que realizo, atendendo as necessidades específicas do desenvolvimento do adolescente com o qual trabalho. Além disso, também é frequente a orientação aos professores no que diz respeito às dificuldades encontradas para lidar com as questões dos alunos, numa tentativa de contribuir para o processo educativo. Os projetos educativos que abordam questões próprias da adolescência, como uso de droga, gravidez na adolescência, autoestima, identidade, família, também são elaborados e desenvolvidos, sempre em parceria com outros profissionais, especialmente a assistente social, com o objetivo de promoção de saúde e prevenção de doenças. Esses projetos têm gerado resultados bastante relevantes com os alunos envolvidos.

No trabalho com esses adolescentes, algumas questões frequentes me inquietam no que diz respeito ao desenvolvimento deles na escola e de que maneira a família influencia e intervém no processo de aprendizagem. Percebemos que, em muitos casos, a família é omissa em relação à vida escolar, outras vezes cobram demais do aluno, outras ainda delegam funções que não condizem com o papel do estudante na família. Algumas questões que me levam a esta pesquisa são: como a família encara o ciclo vital da adolescência? Até que ponto a família influencia no desenvolvimento escolar do adolescente? De que forma isso acontece? Como a família procura manter relação com a instituição escola de maneira a contribuir para o desempenho do adolescente? De que maneira a família impulsiona ou dificulta o crescimento do adolescente?

Considerando a importância da família e da escola, bem como as relações estabelecidas entre essas duas instituições, entre o adolescente e a família e entre o

adolescente e a escola para o desempenho escolar desses jovens, torna-se indispensável conhecer a dinâmica familiar a partir da perspectiva sistêmica, sobretudo na fase do ciclo vital familiar da adolescência. Dessa maneira, levantar e analisar sistemicamente como o jovem se relaciona com as influências familiares nesse contexto e quais efeitos se dão nessas relações foi objetivo deste estudo, uma vez que foi possível analisar e discutir a respeito dessas influências.

Pensando o desempenho escolar a partir da ótica sistêmica, torna-se importante articular a dinâmica de funcionamento familiar com o desempenho escolar desses jovens, discutindo a função da família no desenvolvimento dos adolescentes na escola. Os estudos na área do desempenho escolar têm crescido de forma abundante nos últimos anos, visto que aumentam cada vez mais os problemas escolares apresentados no país. Nesse sentido, o Ministério da Educação – MEC, através da coleta de informações sobre o desempenho acadêmico dos alunos brasileiros do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, mostra que o índice de desempenho nacional de alunos da 3ª série do ensino médio no período de 1995 a 2005 apresentou queda significativa (BRASIL, 2007).

Em consonância com esses dados que envolvem uma complexidade de fatores e buscando entender o processo de aprendizagem, inúmeros estudos apresentam a importância da família no desenvolvimento dos adolescentes. Dentre esses estudos encontram-se os com base teórica sistêmica no entendimento dos processos que envolvem o desempenho escolar dos sujeitos realizados por Andrada (2003), Braga, Scoz e Munhoz (2007), Salvati (2004), dentre outros.

Os referidos autores são unânimes ao abordar a temática, afirmando que o baixo desempenho escolar não pode ser visto isoladamente, corroborando com a abordagem sistêmica que traz o conceito de circularidade, como ressalta Vasconcellos (2002). Tal teoria considera que nenhum comportamento ou evento pode ser estudado isoladamente, sem considerar o contexto em que está inserido, e cada parte só pode ser entendida quando contextualizada.

Além disso, com os avanços das abordagens que se ocupam em estudar a educação, o enfoque à família como educadora avança, sendo que antes era vista com essa função apenas até a pré-escola. Atualmente a função educadora dos pais inclui o envolvimento deles na educação dos adolescentes como maneira de prevenção da indisciplina e do baixo desempenho escolar. Assim fica clara a influência de famílias nas dificuldades no âmbito escolar, como destaca Orsi (2003).

As histórias familiares no contexto desta pesquisa são distintas, apresentando configurações também diversas, com participação familiar em alguns casos mais frequentes e em outros de forma bastante esporádica. Cada família constrói a sua relação com a adolescência e a escola, se posicionando no contexto escolar de forma interativa e singular. Frente a essas questões, tenho buscado uma prática voltada tanto para intervenções individuais quanto para intervenções familiares, numa tentativa de alcançar êxito nos casos atendidos.

Diante do cenário atual de mudanças nas estruturas familiares, bem como de um crescente declínio no desempenho escolar dos indivíduos e frente aos estudos que colaboram com a ideia da importância da participação familiar e funcionalidade dessa família para o bom desempenho e desenvolvimento do indivíduo, o presente estudo se mostra relevante e contribui para a produção acadêmica sobre o assunto abordado.

Considerando a minha experiência profissional e os dados apresentados a respeito do desempenho escolar, família e escola, a presente dissertação foi elaborada visando alcançar os objetivos propostos inicialmente. Para tanto, algumas etapas foram cumpridas, através do levantamento bibliográfico, leitura e discussão teórica. Além disso, realizamos pesquisa de campo através de entrevistas com alunos e familiares, bem como a transcrição das mesmas. A partir dessas entrevistas, foram iniciadas análises e discussão de dados que seguem apresentadas no decorrer deste texto.

Para abordar a temática proposta, dividimos o texto em capítulos. No capítulo 2 realizamos a revisão de literatura sobre a família e a adolescência, abordando a instituição família e suas transformações ao longo do tempo e discutindo sobre a adolescência como construção social.

O capítulo 3 apresenta ao leitor a revisão de literatura sobre a família, a adolescência e a escola. Este capítulo inicia-se com a discussão da teoria sistêmica, pensamento sistêmico e seus paradigmas, seguido pela abordagem dos conceitos da teoria sistêmica de família e finalizado com o debate do ciclo vital da adolescência e o desempenho escolar.

Como metodologia optamos por priorizar a pesquisa qualitativa, os procedimentos de coleta de dados e o quadro de informantes. O capítulo 4 evidencia como a pesquisa foi feita, bem como apresenta a discussão e análise dos dados coletados, considerando a bibliografia estudada. Os dados nos possibilitaram uma

análise com o olhar sobre a adolescência, a família e a escola, sendo possível perceber a relevância dessas duas últimas instituições no amadurecimento e desenvolvimento dos adolescentes. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 FAMÍLIA E ADOLESCÊNCIA

Como a ideia de sistema aplicada aos sistemas humanos tem na família uma das suas formas de organização, inclusive foco desta pesquisa, é importante situarmos a família em suas mudanças, seja em sua dimensão histórica mais ampla, seja em suas mudanças internas, em seu próprio ciclo vital, como faremos no próximo subitem. Afinal, a família é em si um grupo heterogêneo e em transformação atravessado pela história e também sendo influenciado pela sociedade, além de viver uma série de mudanças internas.

2.1 A instituição família e suas transformações ao longo do tempo

Falar de adolescência é também falar do grupo familiar em cujo seio se dá a vivência dessa fase da vida, e também de todos os atravessamentos históricos e sociais que percorrem essa associação. Nesse contexto, é necessário salientar que a instituição família, ao longo de sua existência, teve diversas formas, em momentos históricos distintos. Desde os seus primórdios, por ser considerada um espaço fundamental no desenvolvimento do sujeito, essa vem sendo estudada por autores importantes. Nesse sentido, Marangoni (2007) afirma que a família é o primeiro espaço no qual o sujeito convive e constrói significados do ser humano e também é nela que são transmitidos valores entre as gerações e as práticas socioculturais a partir das relações entre elas.

Ao estudar e pesquisar sobre produções acerca da instituição familiar é possível perceber que diversas mudanças ocorreram nas últimas décadas nessa instituição que sempre existiu. Mudanças que vão desde o conceito de família, modos de composição, até a representação dessa no contexto social. De acordo com Romagnoli (2007), a família vem se transformando através dos séculos, além de ser definida por diferentes sociedades de maneiras distintas. Nessa direção, a autora afirma que é fundamental que se considere a determinação social, histórica e cultural que a noção de família traz consigo.

Nos últimos tempos a sociedade passa por grandes mudanças dos sistemas sociais, culturais e científicos, como bem aponta Romagnoli (2007, p. 97), ao afirmar que:

Vivemos em uma sociedade que, nos últimos tempos, vem sendo assolada por mudanças vertiginosas, dentre elas: o incremento e o poder dos meios de comunicação, regidos pela força da mídia e do consumismo; a disseminação da informática com sua rapidez na produção e no processamento de dados; o controle da genética, gerindo a concepção; a liberação da sexualidade, amparada na força do feminismo e na segurança dos métodos contraceptivos.

Diante de tantas mudanças ocorridas em tais sistemas, tanto os indivíduos quanto os estilos e as composições familiares foram afetados, surgindo novas formas de organizar a convivência conjugal e doméstica, extrapolando a lógica da estabilidade e da padronização. Tudo isso trouxe embates e perturbações, fazendo com que as estruturas tradicionais fossem abaladas (ROMAGNOLI, 2007). Xavier e Gomes (2011) destacam que diversas mudanças em relação ao modelo familiar tradicional no Brasil ocorreram principalmente a partir dos anos 1980.

Um desses impasses pode ser percebido na própria conceituação de família que vem sendo discutida por diversos autores ao longo dos anos. Nesse contexto a Constituição Federal de 1988 se apresenta como um marco na evolução desse conceito ao considerar a tendência da família se tornar um grupo menos hierarquizado e organizado e cada vez mais fundada na afeição mútua (SIMIONATO & OLIVEIRA, 2003). A efetivação da reformulação do conceito de família no Brasil no âmbito jurídico ocorreu através da Constituição Federal de 1988, quando a noção de família foi ampliada, sendo conceituada como uma união estável entre homem e mulher ou qualquer um dos pais e seus descendentes. De acordo com Romagnoli (2012), foi através dessa legislação que os direitos e deveres dos homens e das mulheres passaram a ser tratados de forma igualitária. Com isso, mudou-se o poder assimétrico que até então existia entre os cônjuges e o divórcio.

Para Romanelli (2013), as famílias não são imunes a determinações macroestruturais oriundas da esfera econômica e do Estado, mesmo sendo local de privacidade. Assim, Bourdieu, citado por Romanelli (2013), afirma que a instituição familiar assume a forma de arranjos domésticos específicos devido à sua integração em determinado segmento social ou por apresentar estilos de vida distintos no plano cultural. As famílias são consideradas entidades onde ocorre a vida privada e são integradas por pessoas dotadas de atributos singulares.

Vale ressaltar que, para Simionato e Oliveira (2003), apesar da diversidade de conceitos, é ponto comum de afirmação dos estudiosos que a união dos membros de uma família acontece por meio do respeito mútuo, da relação de amizade, da

troca entre os seus componentes, da intimidade entre eles e do enriquecimento junto.

As relações entre os membros da família dependem das trajetórias tanto individuais das pessoas que a constituem quanto pelas trajetórias dos sistemas extrafamiliares que influenciam a família, levando a uma leitura dessa como um sistema dinâmico que envolve subsistemas que interagem constantemente (MARANGONI, 2007).

Considerando a dinamicidade desse sistema, é fundamental a análise crítica das mudanças ocorridas ao longo dos tempos na estruturação da família. Sabe-se que, com as evoluções sociais e históricas, o perfil familiar passou por transformações diversas e ainda não se encontra em um momento considerado final, já que, como sistema dinâmico, se modifica tanto quanto a realidade sócio-histórica.

E, como qualquer outra instituição, é perpassada por conteúdos e processos sociais, culturais, econômicos e políticos. Assim, é impossível compreendê-la isoladamente, sem levar em conta a multiplicidade de aspectos que a atravessam. (...) as transformações sócio-históricas geram mudanças na estrutura e na dinâmica familiar; e, a família também modifica o meio no qual está inserida (MARANGONI, 2007, p. 14).

Para Romagnoli (2007), ao pensarmos no termo família não é possível defini-la em um sentido único, pois nos remetemos a tipos históricos específicos de associações familiares, além de arranjos diferentes nas camadas sociais de uma mesma sociedade. Sendo assim, não podemos nos esquecer da particularidade histórica que sobrepõe à caracterização do grupo familiar.

Roudinesco (2003) aponta três contextos da transformação conceitual e definidora de família, quando denomina o primeiro de família tradicional, que marca o primeiro contexto histórico que vai da antiguidade até o final do século XVIII. Para Roudinesco (2003) e Xavier e Gomes (2011), na família tradicional o casamento servia para garantir a transmissão de um patrimônio e se destacava a figura patriarcal que era tida como autoridade e definia os casamentos dos filhos para que houvesse a transmissão da propriedade.

Sobrecarregada de funções, a família patriarcal ostentava-se com grandeza suprema e triunfal, sendo o sistema de parentesco, através da força outorgada pelas suas relações solidamente construídas, responsável pelas decisões dos destinos individuais de seus membros. Esse modelo familiar

era composto por extensas redes de parentelas gravitando em torno da figura do patriarca e tendo como fim último a preservação da linhagem e do patrimônio (ROMAGNOLI, 2007, p.107).

Na família patriarcal, a tradicional, a figura paterna se destacava como autoridade que define os casamentos dos filhos com o objetivo de manter um patrimônio construído, tendo como base então a transmissão da propriedade. A hegemonia da família patriarcal era mantida a partir da substituição dos seus personagens no decorrer das gerações.

Cachapuz (2004) corrobora com essas ideias quando afirma que a família era patriarcal, quando o pai era chefe de família, revestido da autoridade de sacerdote, de juiz. Assim os membros da família, filhos, mulher, ficavam submetidos à autoridade do chefe, se fundamentavam no princípio da autoridade, da obediência ao patriarca. Tal configuração se manteve até o advento da industrialização e o fim das grandes propriedades rurais.

Entre o final do século XVIII e meados do século XX surgiu a família moderna, é quando aparece a lógica afetiva e a reciprocidade do sentimento de amor tornou-se importante. “Esta família funda-se no amor romântico, reforça a reciprocidade dos sentimentos e dos desejos carnis no casamento e valoriza a divisão do trabalho entre os esposos” (BORGES, 2006, p.50). O trabalho fora de casa, que cabia exclusivamente ao homem, passou a ser tarefa também da mulher que, por sua vez, começou a dividir o espaço privado do lar e da família com o homem.

Em concordância, Kehl (2003) afirma que a família hierárquica, organizada em torno do poder patriarcal, deu lugar a um novo modelo de família a partir da segunda metade do século XX, quando passou a existir uma divisão mais igualitária entre homem e mulher e entre pais e filhos. Com isso, começou a ocorrer a emancipação financeira das mulheres que durante décadas foram dependentes dos chefes de família e, aos poucos, ganharam lugar no mercado de trabalho. A família, que era considerada uma sólida instituição passou a ser regida pelos afetos e impulsos sexuais, através de agrupamentos precários e circunstanciais.

A família contemporânea, por sua vez, surgiu no terceiro momento da evolução familiar, na década de 1960 e caracteriza-se por uma união entre dois indivíduos para a realização sexual, porém por um período de tempo determinado, apenas enquanto satisfazem um ao outro. Diante dessa nova configuração aumentou-se o número de separações e, conseqüentemente as recomposições

familiares. Para Singly (2007, p.181), “a família contemporânea oscila entre o fato de experimentar juntos a liberdade e a coexistência pacífica de indivíduos que se respeitam, sem, contudo apreciar a dimensão comum”.

Também ficam evidentes as mudanças ocorridas no âmbito da divisão de tarefas dentro dos lares a partir da inserção das mulheres no mercado de trabalho, quando com o tempo mais restrito da mulher para se dedicar aos cuidados com a casa e com os filhos, os homens passaram a assumir atividades que eram, até então, vistas apenas como femininas. Com isso, os homens começaram a ser mais cuidadosos com as relações e assumir posições de cuidadores, enquanto as mulheres passaram a destacar competência no trabalho (SIMIONATO & OLIVEIRA, 2003).

No entanto é importante ressaltar que, de acordo com a Fundação Carlos Chagas (2007), mesmo com essa mudança em relação à divisão de trabalho doméstico, ainda há uma grande diferença entre o tempo que o homem se dedica às atividades domésticas e o tempo que as mulheres gastam nesse mesmo tipo de atividade, sendo que os homens gastam, em média, 10,3 horas por semana e as mulheres, 26 horas.

São abandonados modelos ‘tradicionais’, que atribuíam o primado ao marido, reservavam às mulheres tarefas preferencialmente domésticas, pensavam a relação entre pais e filhos dentro de certa visão da autoridade e da disciplina, davam grande importância aos aspectos institucionais da convivência familiar, e assim por diante. (...). Ganham espaço as políticas em favor da família, com o intuito de fortalecê-la, de forma tal que possa assumir de maneira mais adequada as suas funções básicas (PETRINI, 2003, p.6).

Para Singly (2007), muitos estudos da antropologia e da demografia histórica acabam por ocultar o modo de funcionamento e as funções das famílias, quando focam as formas e estruturas familiares. É inconcebível afirmar que por ter sempre existido uma família nuclear, esta sempre desempenha funções idênticas ou que a regulação das relações entre os sexos e as gerações sejam a mesma apenas pelo fato dessa família ser formada por um homem, uma mulher e seus filhos e dividir a mesma moradia.

Portanto, a família patriarcal que era tomada como modelo pela legislação civil no século XX entrou em crise, não servindo como base no plano jurídico a partir dos valores que foram introduzidos pela Constituição de 1988. A família passou

então a ser matizada na afetividade que explica a sua função atual. Assim, Cervený e Berthaud (2009) afirmam que enquanto houver afeto, haverá família unida por laços de responsabilidade e liberdade e, sendo ela o núcleo natural e fundamental da sociedade com direito à proteção, tanto da sociedade quanto do Estado.

Os ideais individualistas da sociedade contemporânea levaram a uma crise na família devido a uma transformação nos papéis sociais que foram estabelecidos ao longo das vivências sociais e familiares. A partir disso Marangoni (2007) afirma que atualmente não se pode caracterizar um único modelo familiar, as configurações familiares são bastante heterogêneas e novos modelos aparecem sempre, de acordo com as constantes transformações no cenário social, no que diz respeito tanto às relações de gênero quanto aos valores humanos e às atitudes. Os indivíduos se apresentam cada vez mais com uma lógica própria, levando a uma diminuição do comunismo familiar, que leva a uma identidade comum dos que lhe envolve. Ao contrário, a família se mostra como uma instituição colocada à disposição de sujeitos que se preocupam em viver juntos.

Nesse mesmo sentido, Simionato e Oliveira (2003) afirmam que os membros que compõem a família se apresentam como elemento central, deixando de focar o grupo reunido, tornando-se uma família “relacional e individualista”, espaço privado a serviço dos indivíduos que dão ênfase ao processo de individualização. Acontece a passagem de uma família “holista”, tempo em que os laços entre os membros a define, para uma sociedade “individualista”, onde os indivíduos são, antes de tudo, indivíduos.

Examinando a família contemporânea Kehl, (2003) atesta que esse grupo se caracteriza cada vez mais por uma estrutura tentacular, que implode com o núcleo do grupo familiar e cria um modelo sustentado por vínculos profundos com adultos, adolescentes e crianças de outras famílias. Para além do núcleo central da família conjugal, composta pelos pais e os filhos decorrentes dessa união, o grupo se estende em todas as direções, compondo, nas palavras da autora, uma “confusa árvore genealógica”. Nessas famílias surge um tipo de laço, chamado de função fraterna, forma de vinculação e sociabilidade que possui formato mais democrático do que autoritário, e nem por isso se apresenta de uma maneira desagregadora em si, que produz, *a priori*, efeitos nocivos nos filhos.

Romagnoli (2007) considera que a família é uma instituição importante na sociedade atual, entretanto, a autora aponta que essa não se caracteriza como

passiva diante das transformações sociais. Para a autora a família passa a ser considerada por seus integrantes como prescindível e, então, ocorrem várias alterações nas estruturas familiares e acabam se estilhaçando em diversas formas de associações. Há uma diminuição do número de casamentos e uma maior variação destes. “Às vezes consensuais, às vezes habitando em moradias separadas, às vezes coligando uniões anteriores, estes casamentos são menos duráveis, e os filhos de pais separados já são presença constante nos espaços institucionais (ROMAGNOLI, 2007, p. 108). Ainda ocorre um aumento dos casos em que a mulher exerce função de pai e mãe, núcleos onde os filhos crescem com apenas um dos pais, aumento de nascimentos extraconjugais. Além disso, presenciamos a constituição de famílias homoparentais, casais homossexuais que pleiteiam a adoção de crianças, etc. Toda essa metamorfose nos apresenta a construção de novos arranjos familiares, novas formas de organização e convivência do grupo familiar.

Desta maneira, a metamorfose do grupo familiar emerge como foco de atenção e preocupação, uma vez que as novas organizações provocam as pessoas que lidam com tais grupos por contrastarem com a família nuclear, estável difundida e associada à segurança e estabilidade do contexto social. Portanto, Romagnoli (2007) considera que a família propicia discursos e interpretações acerca de suas mutações.

Todas estas explicações lidam com concepções de fragmentações, privações e ausências, proclamando o perigo e a possibilidade real de extinção do referido núcleo. Neste horizonte, a presença de famílias que fogem ao padrão dominante revelaria um esvaziamento da instituição familiar, que passaria a não ter condições de gerenciar a reprodução humana sobre a Terra, trilhando caminhos sem volta que conduziriam ao extermínio do grupo (ROMAGNOLI, 2007, p. 108).

Para Romagnoli (2007), todas as outras instituições da malha social, as de ordem biológica, jurídica, política, religiosa, moral, entre outras, incidem sobre a organização familiar, sendo que todas elas se interpenetram e se articulam, formando uma rede institucional da qual o grupo familiar é uma peça importante. Assim, a família é uma organização onde atuam forças em prol do instituído e também forças instituintes que se operam através das novas realidades familiares.

A partir disto, alguns autores apresentam a ideia de uma crise, visto que todas essas mudanças trazem consigo as mudanças no que diz respeito aos valores

sociais como resultado das transformações na contemporaneidade. Porém, para Romagnoli (2007), a noção de crise da família que tem sido usada de maneira insistente, se referindo à mudança dos padrões familiares, é uma maneira de aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação por parte da sociedade instituída e suas organizações de maneira a manter um modelo hegemônico e uniforme da organização familiar. Essa interpretação leva a uma reinstitucionalização do núcleo familiar.

Fato é que hoje em dia fala-se muito em crise da instituição familiar: crise de sua organização, das suas relações, de seu papel e de sua pertença social. Esta noção de crise vem do uso do conceito em contraste com o modelo tradicional de defesa do instituído. Tendo como ponto de partida a leitura institucionalista, fica claro, porém, que o que está ocorrendo é uma mutação da organização familiar, que através dos tempos realmente vem diminuindo consideravelmente suas funções sociais, mas ainda existe e se desdobra cada vez mais em formas criativas e inventivas. Os modelos atuais da constituição familiar, instituintes de novas formas de ser, de pensar, de estar, denunciam que algo está acontecendo no tecido social e demonstram que nem tudo é tão linear, tão imutável e nem tão pouco tão seguro quanto se esperava (ROMAGNOLI, 2007, p. 115).

Desta maneira, a família passa por diversas mutações, das quais Romagnoli (2007) considera que é também promotora, além de resultante. Ela gera questionamentos e significados e através deles busca a construção de novos enquadres e novas inserções sociais. Portanto, é verdade que a família muda de sentido, mas não desaparece. As transformações contemporâneas legitimam a vida em família de maneiras diversas, apesar de ainda existirem famílias com hierarquias e papéis bem definidos, nas formas mais tradicionais (BORGES, 2006; SINGLY, 2007).

A família sofre fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como alterando sua estrutura no que diz respeito à composição familiar. Graças a sua grande capacidade de ajustar-se às novas exigências do meio, a família tem conseguido sobreviver, a despeito das intensas crises sociais. Ela é ainda a matriz mais importante do desenvolvimento humano e também a principal fonte de saúde de seus membros (SIMIONATO & OLIVEIRA, 2003, p.59).

A família, de acordo com Cervený e Berthoud (2009) vem se transformando, através da sua capacidade adaptativa, em vez de se deteriorar ou enfraquecer como alguns cientistas sociais do século XX previam. Ela não deixa de cumprir suas funções definidoras da instituição família, a função de garantir proteção e cuidado às

novas gerações e a função de transmissão de valores e normas da cultura.

Dessa maneira, Singly (2007) considera fundamental que se leve em conta os aspectos sociais, culturais, ideológicos e os valores quando se estuda a família, uma vez que essas questões influenciam diretamente os relacionamentos estabelecidos entre as gerações, e a família é um lugar da convivência intergeracional e da transmissão de legados. Através da interação entre as gerações e pela ação humana, os legados, as experiências de uma geração que são transmitidos à geração seguinte são incorporadas dialeticamente.

Os papéis familiares, a autoridade e a hierarquia, para Marangoni (2007), precisam ser redimensionados nas relações intergeracionais, já que os novos padrões de convivência e socialização do mundo contemporâneo exige isso. As relações intergeracionais se configuram como os vínculos estabelecidos entre pessoas que tem idades distintas e estão em diferentes estágios do desenvolvimento. Essas relações contribuem para a unidade dentro da multiplicidade através do cruzamento de experiências.

A sociologia da família moderna passa então a ter dificuldade de entender essa instituição que diferentemente do que acontecia anteriormente, se pauta nas relações entre seus membros. Entender a lógica da família baseada no patrimônio é muito mais simples do que adentrar o universo das relações, que envolve sentimentos, afetividade e satisfação relacional (SINGLY, 2007).

Considerando que as alterações na estrutura e na dinâmica das relações familiares influencia a percepção de família e dos papéis desempenhados por seus membros, questionamos a respeito do conceito de família, bem como as ideias de normalidade a respeito dela. Isso também nos leva a pensá-la como sistema complexo que é influenciado por fatores diversos, que envolve fatores internos e externos, variáveis de acordo com os contextos sociais, históricos e culturais nos quais as famílias estão inseridas.

2.2 A adolescência como construção social

Não só a família sofre mudanças, mas a adolescência também se caracteriza por uma fase de grandes transformações pessoais, período de transição da infância para a fase adulta. É um ciclo no qual o sujeito deve desenvolver autonomia, lidar com as questões da sexualidade, com as transformações físicas próprias desse

período, tomar decisões, lidar com as influências sociais e, além disso, focar nas atividades escolares. Essas transformações são vividas de forma singular no seio da família, contudo, a própria noção dessa fase também sofreu alterações ao longo da história.

Apesar de ser um tema considerado tão importante pelos estudiosos, foi a partir do século XV que surgiram as tentativas de descrevê-la e apenas no século XX passou a ser foco de interesse da psicologia. Foi ao longo deste século que se consolidou a ideia de adolescência como uma etapa da vida com características próprias e que estudiosos passaram a pesquisar e estudar sobre essa fase (GROSSMAN, 2010). Também para Ariès (1981), foi a partir do século XX que a adolescência nasceu sob o signo da modernidade.

Ariès (1981) em seu livro *A História social da criança e da família* efetua uma análise da origem e consolidação do sentimento moderno de família no mundo ocidental em associação com a evolução do sentimento de infância e de escolaridade. Ao estudar a formação da noção de infância e de adolescência no mundo ocidental, o referido autor afirma que esses conceitos surgem com a sociedade industrial, ligados ao sistema educacional. A noção de adolescência emergiu no espaço social no final do século XVIII, na literatura e nos discursos políticos e foi se consolidando ao longo do século XIX. Nesse mesmo sentido Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silves (2010, p. 230) afirmam que:

Ao longo do século XIX, a adolescência passa a ser reconhecida como um “momento crítico” da existência humana. É temida como uma fase de riscos em potencial para o próprio indivíduo e para a sociedade como um todo. Em linhas gerais, parece que a ideia do que hoje chamamos adolescência, pressentida a partir do século XVIII, está associada às novas maneiras de viver no grupo social onde o indivíduo está inserido. Com a industrialização e a instituição de sistemas educacionais obrigatórios, ela pode, finalmente, ser mais observada. Pode-se, então, dizer que a adolescência foi conhecida primeiro pelos educadores.

Nesse percurso, a adolescência se definiu cada vez mais como uma etapa do desenvolvimento humano formada por um conjunto de fatores de ordem individual, associada à maturidade biológica, e também à constituição histórica e social, estando diretamente ligada à especificidade de cada cultura.

As mudanças na família burguesa, que foi gradativamente produzindo uma separação entre a esfera privada e a esfera pública, favoreceram a ideia da criança moderna, que foi resgatada como trunfo do universo doméstico, centro da atenção

dos familiares e educadores, que passaram a se responsabilizar pelo desenvolvimento integral da capacidade infantil seja ela física, intelectual ou moral. Composição muito diferente da sociedade medieval, na qual não havia diferença entre a criança e os adultos. A ideia de infância traz também o seu prolongamento e a ideia de adolescência, associadas à dependência. Assim:

a longa duração da infância, tal como aparecia na língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade. A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência. Só se saía da infância ao sair da dependência. (ARIÈS, 1981.p.46)

Grossman (2010) corrobora com essa ideia ao afirmar que na Idade Média não havia distinção entre criança e adulto e que não havia consciência das particularidades da infância. A autora considera que a infância, nessa época, estava relacionada unicamente com a noção de dependência e que a criança ingressava no mundo adulto quando adquiria a condição de viver sem a vigilância da mãe. Nesse contexto de dependência a família emergiu como o grupo responsável pela preparação para a vida, como fio condutor da infância para a idade adulta, erguendo um muro entre ela e a sociedade - o muro da vida privada.

Arìes (1981) considera que o sentimento de infância surgiu no século XIX, já que antes disso as crianças recebiam tratamento como se fossem adultos em miniatura, como se fossem pequenos adultos. Para ele quando as crianças recebiam cuidados especiais, esses só aconteciam nos primeiros anos de vida e a partir dos três anos as crianças já realizavam e participavam de atividades dos adultos, chegando a serem alvos de todos os tipos de atrocidades praticadas pelos adultos, não havendo nenhuma diferenciação entre crianças e adultos.

Frota (2007, p. 149) ressalta que foi “[...] no século XIX que inaugurou uma criança sem valor econômico, mas de valor emocional, inquestionável, criando uma concepção de infância plenamente aceita no século XX”. Assim, Arìes (1981) afirma que a infância é uma invenção da modernidade, sendo uma categoria social construída recentemente.

Na transição da Idade Média à Modernidade, três fatores tiveram grande influência na concepção que o homem tinha de si e da sua relação com os outros. O primeiro aspecto foi o novo papel do Estado, que passou a interferir e exercer controle do espaço social e da ordem pública, legando à comunidade um tempo maior para a dedicação às atividades particulares. O

segundo fato foi o desenvolvimento da alfabetização e dos livros, incentivando o gosto pelo privado e pela solidão. O terceiro acontecimento foi o estabelecimento de novas religiões ao longo dos séculos XVI e XVII, que exigiam dos fiéis uma devoção mais íntima (GROSSMAN, 2010, p. 48)

A adolescência, como vimos, também é compreendida como uma categoria histórica. Através da perspectiva sócio-histórica, torna-se possível pensar a adolescência como uma construção social associada ao desenvolvimento do corpo. Para os estudiosos que consideram a adolescência dessa maneira, é importante que se estude como essa fase se constitui historicamente. Podemos perceber que há forte influência dos contextos sociais e culturais. Nota-se a partir das leituras de Ariès (1981), Frota (2007) e Shoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silveiras (2010), que a caracterização e descrição da adolescência cientificamente são apresentadas por diversas concepções.

Pinto (2008) ressalta que os estudos atuais a respeito da adolescência vêm abordando os aspectos emocionais, culturais e de desenvolvimento, fatores que influenciam nos contextos sociais dos adolescentes. No entanto, para a autora, os aspectos psicológicos e biológicos também são abordados pela literatura para um maior conhecimento da dinâmica da adolescência, considerando, assim, os vários conceitos desta e o processo de desenvolvimento na vida do ser humano. Assim sendo, vale abordar diferentes autores que buscam discorrer sobre essa fase da vida, considerando os vários aspectos sob os quais a adolescência é considerada.

Para León (2009) e Senna e Dessen (2012), adolescência é uma fase do desenvolvimento humano, considerada um período de transição universal e inevitável entre a infância e a vida adulta, marcado por transformações físicas, cognitivas e sociais. A etapa final do crescimento acontece durante essa fase, quando a capacidade de reprodução se inicia, desenvolvendo-se a maturidade reprodutiva completa.

Já no que tange ao desenvolvimento cognitivo, León (2009) afirma que a estrutura do pensamento do sujeito sofre mudanças qualitativas na adolescência, passando para o período que Piaget chama de período das operações formais, com a capacidade intelectual científica. Por outro lado, é uma fase em que ocorre a aquisição das habilidades sociais, a aquisição e o desenvolvimento moral dos adolescentes, o que é denominado como razoamento social.

A adolescência também está caracterizada por um período de

vulnerabilidade física, psicológica e social, com complexas mudanças no processo de desenvolvimento do ser humano. As modificações físicas, cerebrais, endócrinas, emocionais, sociais e sexuais, ocorrem de forma conjugada, com modificações estruturais, físicas, mentais e emocionais, originando comportamentos e emoções não antes sentidas pelo adolescente, família, amigos e profissionais que convivem com ele. Por este ser um período vulnerável, a experiência do adolescer vai exigir da família, dos profissionais de saúde e da educação uma atenção especial para esse adolescente, ajudando-o a lidar com situações e problemas que possam provocar danos e agravos à saúde (DAVIM, *et. al.*, 2009, p. 132).

Portanto, fica claro que existem enfoques variados para conceituar a adolescência, que se baseiam em fatores múltiplos dando ênfase ora nas transformações físicas e biológicas, ora nas transformações cognitivas, em outros casos na identidade e personalidade e ainda em outros nas questões sociais ou morais. Nesse sentido, León (2009), apresenta três teorias sobre a adolescência, que colaboram com a discussão sobre o tema sob enfoques diferentes.

A teoria psicanalítica foca seu conceito a partir do desenvolvimento da puberdade, explicando a adolescência com base nas mudanças internas pelas quais o sujeito passa. Nessa concepção, o equilíbrio psíquico sofre modificação em função do desenvolvimento da puberdade, quando ocorre o despertar da sexualidade, que leva também a uma modificação nos laços estabelecidos entre o adolescente e sua família. Por isso a ocorrência da desvinculação desse adolescente com a família, atitudes de oposição às normas e construção de novas relações sociais, importantes na construção da identidade e considerados necessários ao seu funcionamento adaptativo (LEÓN, 2009; SENNA E DESSEN, 2012).

A teoria sociológica, por sua vez, aborda a adolescência sob o enfoque das questões sociais externas que o sujeito vivencia. Dessa forma, considera que a adolescência resulta das tensões relacionadas ao processo de socialização do sujeito, com a aquisição de papéis sociais.

Piaget, no entanto, lança mão da sua teoria construída com base nas mudanças no pensamento, considerando que a adolescência resulta da interação entre fatores sociais e individuais e que nessa fase, o sujeito passa por transformações afetivas e sociais e pela elaboração de planos de vida, além da mudança no pensamento (León, 2009). Nesse sentido, Senna e Dessen (2012), afirmam que para Piaget, muitos comportamentos adolescentes que levam a uma preocupação dos adultos têm suas origens nas mudanças de pensamento próprias dessa fase do desenvolvimento.

Na visão de Bock (2004), na maioria das vezes que a psicologia aborda a adolescência, a apresenta como uma fase natural do desenvolvimento, sendo que todos os seres humanos passarão por ela, tornando algo familiar e esperado. A autora faz uma crítica a essa visão, considerando que há uma naturalização e, conseqüentemente uma desconsideração do processo social no qual a adolescência está inserida.

Estava naturalizada adolescência. Bastava a todos aguardarem que a adolescência um dia chegaria. Um caráter universal e abstrato foi dado a ela; inerente ao desenvolvimento humano, a adolescência não só foi naturalizada como foi tomada como uma fase difícil. Uma fase do desenvolvimento, semipatológica, que se apresenta carregada de conflitos “naturais”. A cultura aparece apenas como molde de expressão de uma adolescência natural, que em contrapartida sofre com a pressão exercida pela sociedade atual (...) (BOCK, 2004, p. 34).

Para Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silves (2010), apesar de ter havido uma proposta de universalidade do estágio da adolescência, há várias formas de viver a adolescência, de acordo com o gênero e o grupo social já que esta depende de uma inserção história e cultural. Lidz e Serra, citados por Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silves (2010), consideram que existem várias adolescências, de acordo com as características de cada pessoa e de seu contexto social.

A questão sobre a universalidade ou não da adolescência é um tema importante e alguns historiadores interessados nesse problema defendem que a adolescência é uma construção social. Os estudos da Antropologia Social revolucionaram essa forma de pensar a adolescência, mostrando uma possibilidade de entender as fases do desenvolvimento humano de forma totalmente nova, ressaltando duas importantes questões: a adolescência não precisa ser, necessariamente, um período turbulento; e as características do desenvolvimento psicossocial não são universais (SCHOEN-FERREIRA, AZNAR-FARIAS & SILVARES, 2010, p.231).

Assim, Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silves (2007) afirmam que as características da adolescência só podem ser compreendidas se inseridas na história que a geraram, essa fase da vida é compreendida como uma categoria histórica. Nesse mesmo sentido Frota (2007) considera que deve-se levar em conta as peculiaridades e especificidades culturais, históricas e sociais nos estudos sobre as vivências dos adolescentes. Os estudos contemporâneos buscam então abordar a questão da adolescência com vistas a essas especificidades e peculiaridades, considerando-a como um processo diretamente ligado às situações sociais, culturais

e históricas.

Para Vygotsky, citado por Pinto (2008), a abordagem histórico-cultural busca compreender como se constituiu historicamente a adolescência e não o que é a adolescência, já que considera que qualquer fato só pode ser compreendido a partir da sua inserção na totalidade, que lhe dá sentido. Assim, Vygotsky afirma que para responder o que é adolescência é preciso compreender seu desenvolvimento e sua gênese histórica.

Uma possibilidade de se definir a adolescência no espaço contemporâneo pode ser através dos documentos, sobretudo os que regem as políticas públicas em nosso país. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1965), a adolescência é um período biopsicossocial que compreende o intervalo entre os 10 e os 20 anos, a segunda década da vida do sujeito, quando há adaptação às novas estruturas físicas, psicológicas e ambientais. Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera que o período da adolescência ocorre dos 12 aos 18 anos, iniciando com as mudanças corporais próprias da puberdade e terminando com a inserção social, econômica e profissional na sociedade adulta (BRASIL, 2007).

Shoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silves (2010) afirmam que a adolescência, à primeira vista, é tratada biologicamente, vinculada à idade. No entanto, para essas autoras, as mudanças biológicas não transformam, apenas elas, a pessoa em um adulto. Outras mudanças menos visíveis são fundamentais para que haja o alcance da maturidade, mudanças essas que incluem as alterações cognitivas, sociais, bem como de perspectiva sobre a vida.

De acordo com Frota (2007), a adolescência é compreendida como um processo de construção que ocorre sob condições histórico-culturais e, portanto, deve ser considerada como uma categoria construída socialmente, dependendo das necessidades sociais, econômicas dos grupos sociais que a constituem. Ozella, citado por Frota (2007), reafirma a importância de ver a adolescência como um processo de construção que ocorre sob condições histórico culturais específicas, superando, assim, as visões naturalizantes muitas vezes presente na psicologia.

Adolescência, portanto, deve ser pensada para além da idade cronológica, da puberdade e transformações físicas que ela acarreta, dos ritos de passagem, ou de elementos determinados aprioristicamente ou de modo natural. A adolescência deve ser pensada como uma categoria que se constrói, se exercita e se re-constrói dentro de uma história e tempo

específicos (FROTA, 2007, p. 154).

Diante dessa perspectiva interrelacional da adolescência e da nova demanda que surge para o adolescente de assumir a responsabilidade sobre seus atos e decisões, é fundamental que a família promova meios de propiciar segurança para esse sujeito vivenciar o processo de individuação e separação progressiva das figuras parentais. A família é considerada um microssistema fundamental no desenvolvimento do adolescente, na medida em que as experiências e interações mais significativas acontecem nela. Além disso, também é a família responsável pela condução do adolescente à compreensão de valores e conceitos, bem como ao engajamento da realização de papéis sociais.

Frente a tantas mudanças que ocorrem nessa fase do desenvolvimento, a família precisa se reorganizar para conseguir desempenhar sua função de forma a garantir o desenvolvimento funcional de seus membros. Para que os adolescentes dominem as tarefas desenvolvimentais discutidas aqui, a família deve ser forte, flexível e capaz de suportar o crescimento. Isso geralmente é mais fácil com cada filho sucessivo, e particularmente difícil se a díade conjugal fica severamente ameaçada (PRETO, 2007).

Nesse sentido, Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silves (2010, p.227) consideram que “a adolescência é uma época de grandes transformações, as quais repercutem não só no indivíduo, mas em sua família e comunidade”. Não só o grupo familiar, mas também os membros de uma família estão sujeitos a esses deslocamentos e inserções. Andrada (2003) considera o aluno como um sujeito que se relaciona, de forma que seu problema pode ser visto de maneira a desempenhar uma função no sistema. O aluno sócio-histórico não pode ser considerado de forma separada do sistema, como sujeito dotado de problema.

Ao considerar o aluno adolescente, vale abordar a respeito dessa fase do desenvolvimento sobre a qual diversos estudiosos, como Piaget, Knobel, León, Bourdieu, Erikson buscaram pesquisar e entender, já que a adolescência é considerada uma fase crucial no desenvolvimento humano.

Embora o desenvolvimento ocorra ao longo de todas as etapas do ciclo vital, durante a fase da adolescência podemos ver que ocorrem diversas mudanças não só no que diz respeito ao adolescente, mas também nas relações familiares. De acordo com Pinto (2008), nas famílias com adolescentes ocorre a necessidade de

mudanças nos padrões interacionais entre os membros dela. Para a autora, junto com a adolescência, chegam diversas mudanças, como os valores, a linguagem, dentre outras, que acabam por desafiar o equilíbrio familiar. É nesse período que o adolescente passa a desafiar os subsistemas e testar as regras que regem o poder da família.

Frente às mudanças ocorridas durante essa fase do ciclo vital em que o sistema familiar se vê diante de novas situações e passa por momentos de reorganizar o seu funcionamento, tornou-se fundamental abordar o ciclo vital da adolescência no sistema familiar. Dessa maneira, o próximo capítulo busca discutir sobre o pensamento sistêmico, a teoria sistêmica de família e o ciclo vital da adolescência.

3 PENSANDO FAMÍLIA, ADOLESCÊNCIA E ESCOLA

A atuação no ambiente escolar leva a vários questionamentos no que se refere à aprendizagem do sujeito, já que este é um ser social, que se relaciona em vários ambientes, com diversas pessoas e que lida de forma individual com cada situação de sua aprendizagem. O olhar que cada profissional envolvido lança sobre os processos de aprendizagem depende fortemente dos seus referenciais pessoais, bem como dos seus referenciais teóricos nos quais acredita e utiliza para analisar situações e realizar intervenções.

Fica claro que o território dos processos de aprendizagem é amplo, complexo e exige alternativas de compreensão e tratamento dos dilemas que envolvem as subjetividades que se encontram inseridos nesse processo.

Várias teorias buscam entender e trabalhar as questões relacionadas à aprendizagem, cada uma considerando os aspectos que acreditam ter influência nesse processo, dentre elas a perspectiva sistêmica.

A teoria sistêmica surgiu no momento em que se buscavam novas maneiras de compreender e tratar as questões dos sistemas humanos, tirando o foco do indivíduo e migrando o foco para os sistemas, as relações e as complexidades. A partir dessa ótica, a teoria sistêmica é tomada como referencial teórico neste estudo sobre juventude e família no contexto escolar, estudo que abrange as relações entre esses três contextos e suas interferências nos processos de aprendizagem insistindo nas suas interações e complexidades.

3.1 O pensamento sistêmico e seus paradigmas

A teoria sistêmica, através de seus diversos estudiosos, apresenta uma abordagem relacional sobre os problemas e dificuldades e, portanto, nos permite estudar a dificuldade de aprendizagem e o baixo desempenho escolar, considerando a subjetividade inserida no contexto escolar e a trama de relações entre a escola e a família. Ao abordar tal teoria, Vasconcellos (1995) afirma que essa traz uma nova base epistemológica, na medida em que surgiram os questionamentos sobre os conceitos trazidos até então pelas ciências e que levou a uma mudança paradigmática.

As ciências biológicas e sociais, na tentativa de sua aplicação, reconheceram a insuficiência e inadequação de um modelo mecanicista ou de uma epistemologia linear para compreender e descrever os processos complexos que constituem o mundo do cotidiano, no qual evoluem os seres vivos e suas sociedades (VASCONCELLOS, 1995, p. 46).

Nesse cenário de questionamento Norbert Wiener funda a ciência da cibernética, no final da década de 1940, caracterizada como a ciência que estuda o controle da comunicação no animal e na máquina e mais tarde como a ciência da forma, do padrão, da ordem, que se ocupa da circularidade no estudo dos mecanismos de causação circular, retroalimentação e auto referência em sistemas sociais, artificiais ou biológicos (RAPIZO, 1996).

Por outro lado Ludwig von Bertalanffy, ao abordar a cibernética, a considera como insuficiente para estudar os sistemas, na medida em que para ele há uma interação dinâmica de forças entre muitas variáveis e, portanto o organismo vivo mantém um desequilíbrio constante. Assim, para o autor, não há possibilidade de aplicação da cibernética ao mundo biológico ou social, uma vez que ela desconsidera o potencial evolutivo e a crescente organização dos organismos vivos (RAPIZO, 1996). Nesse contexto, esse estudioso funda, por sua vez, a Teoria Geral de Sistemas, que propõe um afastamento das ideias de cadeias lineares e acontecimentos causais, insistindo nos processos como resultantes da interação entre os elementos de um sistema, que passa a ser aplicado a qualquer totalidade.

Nessa perspectiva, o conceito de sistema é essencial, tanto para a cibernética quanto para a Teoria Geral de Sistema, correspondendo a uma complexidade organizada definida pela existência de fortes interações não lineares. O sistema é composto por membros de um circuito de interação e possui certas propriedades, como veremos a seguir.

Esse embate se deu na década de 1940, mas ambas as disciplinas tiveram seu desenvolvimento e foram importantes para a consolidação da teoria sistêmica, lidando com a ideia de sistemas em equilíbrio. Já na década de 1980 surge o movimento dos Novos Paradigmas que efetua uma crítica à ciência clássica com sua ênfase nas especializações e na tecnologia, que em última instância efetuará a imposição de uma visão da realidade ordenada e simplificada. Esse movimento lida com a ideia de sistemas fora do equilíbrio e embasa o modelo de segunda ordem na teoria sistêmica

Diante das transformações apresentadas, há uma mudança também no

campo da ciência cibernética, ficando esta dividida em dois momentos: Cibernética de Primeira Ordem, com o seu aparecimento nas ciências da computação e da automação e na engenharia da comunicação; e Cibernética de Segunda Ordem, a partir da década de 1970, quando se tornou em si mesma um objeto de estudo influenciado pelo movimento dos Novos Paradigmas citado acima.

De acordo com Vasconcellos (1995), a cibernética de primeira ordem, no primeiro momento, trata dos processos morfostáticos, resultantes de retroação negativa ou autorreguladora, da capacidade de autoestabilização dos sistemas. Por outro lado, em um segundo momento, se ocupa dos processos morfogenéticos, resultantes de retroação positiva ou amplificadora do desvio, da capacidade de auto-organização. A primeira trata da capacidade de reorganização, com uma visão homeostática, enquanto a segunda trata de uma automudança, com uma visão homeodinâmica.

A Cibernética de Primeira Ordem se interessa pelos mecanismos e processos de homeostase, ou seja, “[...] as estratégias de ação dos sistemas e organismos para manter sua estabilidade, apesar da mudança permanente nas interações entre seus componentes e além do fluxo ininterrupto destes componentes, no caso dos sistemas vivos e supra-individuais” (RAPIZO, 1996, p. 27). Nesse sentido trabalha com a ideia de sistema em equilíbrio, sistemas que buscam sua homeostase. Além disso, a cibernética apresenta como característica a crença na realidade ontológica, na medida em que, para ela, seus modelos são correspondentes a uma realidade independente do observador.

Nesse sentido, Rapizo (1996) considera que na Cibernética de Primeira Ordem a definição de sistemas é voltada para os mecanismos e a estrutura que ocorrem dentro do sistema, além de ser baseada na estabilidade. Além disso, a autora afirma que essa cibernética traz de forma implícita a ideia de que os sistemas funcionam com um propósito de funcionamento que equivale ao equilíbrio e com uma meta. As mudanças, nesse contexto, são reversíveis e adaptativas, visando a manter sempre a homeostase do sistema, propriedade fundamental para sua sobrevivência. Dessa maneira, as mudanças sempre remetem ao próprio sistema:

A cibernética de Primeira Ordem, seja no seu primeiro momento (primeira cibernética) ou no seu segundo (segunda cibernética), define uma epistemologia que se caracteriza pelo postulado de independência entre o observador do sistema e o sistema observado. Um sistema, pensado a partir da Cibernética de Primeira Ordem, pode ser operado de fora, seja por

meio de estratégias para correção dos desvios e manutenção da estabilidade sistêmica nas mudanças de primeira ordem, seja por meio de recursos de ampliação dos desvios e mudanças de segunda ordem, resultando em uma nova organização sistêmica (GRANDESSO, 2011, p.133).

Por outro lado, a Cibernética de Segunda Ordem desloca dos estudos das máquinas artificiais, deixando de incorporar as noções de circularidade, regulação, dentre outros, e incorpora outras noções, como complexidade, desordem, coerência, focando no estudo dos sistemas em não equilíbrio. Esses tipos de sistemas não se caracterizam por processos de autorregulação e homeostase, mas por serem produtores de si mesmo, amplificando flutuações que os conduzem a novas situações que darão origem a uma série de probabilidades.

A partir disso, fica claro a insuficiência dos modelos existentes para explicar os sistemas auto-organizadores como os sociais, que são instáveis e, portanto sensíveis e dependentes de trocas com o meio (RAPIZO, 1996). A partir dessas novas discussões é que ressurgem ao campo temas como a linguagem, a construção de sentido, conhecimento e subjetividade. Portanto, de acordo com Grandesso (2011), a evolução da cibernética se deu com uma ampliação de seu território, de maneira a incluir processos que não poderiam ser explicados como decorrentes de correções de desvios e circuitos homeostáticos, embora pudessem ser pensados ciberneticamente.

Assim, o pensamento sistêmico cibernético imprimiu uma mudança paradigmática e passou a enfatizar a importância do contexto para a compreensão dos dilemas humanos e considerar o indivíduo como um ser em interação com os outros. A partir dessa nova visão, o indivíduo deve ser considerado dentro de um contexto interacional e, portanto, os sintomas apresentados por ele passam a ser vistos como produtos das inter-relações estabelecidas dentro do sistema no qual o sujeito estivesse inserido (GRANDESSO, 2011).

As mudanças ocorridas nos paradigmas da ciência marcam uma trajetória de modificação da maneira de entender e explicar os fenômenos. Passa de uma ciência tradicional capaz de entender o mundo objetivo, observável, verificável e universal, para uma ciência contemporânea que considera a imprevisibilidade. Vale ressaltar que a mudança paradigmática se deu em três eixos, passando do pressuposto da simplicidade à complexidade, da estabilidade à instabilidade e da objetividade à intersubjetividade, conforme aponta Vasconcellos (2002).

Assim, o paradigma sistêmico, trabalha com a lógica circular, não considerando o paradigma linear de causa e efeito, que desconsidera o contexto social e suas consequências. A partir do paradigma apresentado, o olhar sobre a subjetividade se dá sob uma perspectiva que considera o sujeito sócio-histórico, inserido no meio social em que vive, nos denominados sistemas, que incluem a escola, a família, a empresa, dentre outros (VASCONCELLOS, 2002). Com isso, a família, que antes era definida pelas características individuais de seus membros, passa a ser vista considerando seus padrões de interação.

A organização do sistema se realiza através do comportamento das partes. A alteração comportamental em uma das partes acarreta mudanças nas outras e no sistema total. O sistema, no conceito sistêmico compreende o conjunto de elementos em interação dinâmica no qual o estado de cada elemento está determinado por cada um dos demais elementos do conjunto (PEREIRA, 2010, p. 5).

A partir da década de 1980, de acordo com Grandesso (2011), a Cibernética de Segunda Ordem aliada ao pensamento sistêmico novo-paradigmático caracteriza uma evolução nos modelos de terapia sistêmico-cibernéticos, em um contexto de interdisciplinaridade. Tal evolução também se deu do encontro das perspectivas sistêmicas com os enfoques construtivista e construcionista social, bem como da hermenêutica e da crítica literária, entre outras influências. O enfoque novo-paradigmático passou então a ser chamado de pós-moderno, enquanto que a concepção epistemológica passa a ser a construtivista e construcionista social.

Nesse sentido Grandesso (2011) afirma que o pensamento pós-moderno valida outras bases epistemológicas quando nega a possibilidade de um conhecimento objetivo e de certeza sobre uma possível realidade ontológica e assim acaba por revolucionar as ciências e as práticas dessas ciências.

O profissional pós-moderno da psicologia passa a valorizar o singular e não mais as leis gerais, passando a buscar os significados antes de procurar pelos fatos, já que o conhecimento psicológico, a partir dessa concepção pós-moderna, pertence ao domínio do intersubjetivo e os significados são construídos nos espaços comuns de pessoas em relação. Dessa forma, o psicólogo lida primeiro com as verdades narrativas e não mais com as verdades históricas como determinantes do que são os fatos psicológicos e seu funcionamento (GRANDESSO, 2011).

Esse modo de considerar o sujeito busca então, um olhar diferente da falha

da perspectiva da objetividade moderna ao enfatizar as regras gerais aplicáveis a todas as pessoas, o que acaba por transformá-las em objetos e recipientes passivos do conhecimento. Sobre isso Rasera e Japur (2005) afirmam que o foco antes nas estruturas relativamente estáveis do indivíduo ou da sociedade, passa a ser nos processos de construção do conhecimento e do mundo.

Segundo Soar Filho (1998), o construcionismo busca ultrapassar o dualismo com o qual as teorias empirista e racionalista estão comprometidas, e localizar o conhecimento no interior dos processos de intercâmbio social. Para o construcionismo, não há critério de verdade por meio do método, aliás, enfatiza a construção do significado pelas pessoas em interação. Assim, considera que o conhecimento se localiza em algum lugar entre o sujeito observado e o sujeito observador, espaço social entre os sujeitos envolvidos no ato da compreensão e não no sujeito observado ou no sujeito observador.

O foco do construcionismo social não se coloca na ontologia do mundo observado nem na biologia do observador com sua estrutura única de processar suas observações. Em vez disso, considera o conhecimento como uma função da interpretação social de uma comunidade linguística. Sua epistemologia atribui primazia ao significado, considerando que os eventos têm uma organização semântica, em vez de uma organização lógica ou causal (GRANDESSO, 2011, p.92).

Com tudo isso, fica evidente, como afirma Grandesso (2011), que o ser humano se conhece por meio de sua família, de sua sociedade, de suas raízes culturais e não só por meio, para e na dependência de si mesmo.

Por fim, diante dos aspectos apresentados, é preciso uma psicologia que considere o indivíduo e o social, tratando-os como complementares e que se constituem mutuamente, deixando de pautar-se em uma lógica disjuntiva e considerando a complexidade do fenômeno da pessoa humana. Nesse sentido, o construtivismo e o construcionismo se apresentam como campos que representam um momento de transição para uma nova síntese que favorece o diálogo entre as diferenças.

A partir do panorama da teoria sistêmica, fica claro que essas ideias influenciaram o campo da psicologia, sobretudo da terapia de família, cujos conceitos apresentamos a seguir. Diante dessas duas vertentes da teoria sistêmica, escolhemos trabalhar em nossa pesquisa com a Escola estrutural de Salvador Minuchin, que trabalha com a ideia de sistema em equilíbrio e recebe influências da

Cibernética de Primeira Ordem.

3.2 Alguns importantes conceitos da teoria sistêmica de família

Diante de tudo isso, fica evidente que a Teoria Sistêmica da Família foi responsável por trazer um novo enfoque e um novo olhar sobre a família. A família, a partir de então, passou a ser vista como um sistema complexo, composto por vários subsistemas complexos que se influenciam, aos quais se incluem irmãos – irmãos, genitores – filhos, marido – esposa, avós – netos, entre outros.

Através da teoria estrutural da família, desenvolvida no século XX, o homem passa a ser abordado em seu contexto social. Essa teoria buscou estudar conceitos importantes relacionados à família, tais como a estrutura, os subsistemas, as fronteiras, hierarquia, dentre outros. Esses conceitos, apresentados por Minuchin (1982) possibilitam abordar a família a partir de sua estrutura, ou seja, de seus subsistemas e das fronteiras existentes entre eles.

Minuchin (1982) afirma que é através dos subsistemas que o sistema familiar exerce suas funções e se diferencia. Os subsistemas se compõem através de cada elemento, formando o subsistema conjugal a partir da díade esposo-esposa, o subsistema parental, formado pelo pai-filho, o subsistema fraternal, quando se tem a díade irmão-irmão e os subsistemas que são compostos por grupos maiores, formados a partir de gerações, sexo, função, dentre outros. Dessa forma, para o referido autor os subsistemas conjugal, parental e fraternal são as partes que compõem os sistemas vivos que se relacionam com outros sistemas em organização. Assim:

Qualquer sistema pode ser dividido em vários subsistemas, e um objeto de um subsistema pode fazer parte do meio de outro sistema. Nesse prisma, cada membro da família pertence a diferentes subsistemas, em que possuem variados níveis de poder e desenvolvem habilidades diferenciadas (FALCÃO, 2006, p. 22).

Os subsistemas, de acordo com Falcão (2006), se relacionam a partir de regras que governam e constituem os padrões de interação entre eles, padrões que resultam das interações intra e inter-sistemas, considerando também o sistema social mais amplo. As regras existentes nessas interações são criadas a partir das próprias relações, através dos participantes desses subsistemas. Vale ressaltar que

os sistemas têm uma natureza dinâmica, apresentando estruturas não rígidas. Dessa maneira, são manifestações flexíveis, de processos subjacentes.

Com as influências mútuas entre os subsistemas, Kreppner, citado por Dessen (2010), considera que o desenvolvimento dos filhos acontece a partir da influência da relação conjugal, por meio da qualidade da comunicação estabelecida entre os cônjuges, que influencia as trocas comunicativas com os filhos nas diversas situações. Isso nos faz pensar e questionar de que maneira as famílias que estudamos, através da relação conjugal dos pais, influenciam no desenvolvimento de seus filhos. Percebemos em nossa experiência profissional e em nossa pesquisa uma grande participação das mães na vida escolar dos filhos, embora essa mesma postura não ocorra em relação aos pais. Observamos ainda que, muitas vezes, o casal tem dificuldade de dialogar acerca das questões escolares dos filhos.

Como vimos, entre os subsistemas existem diferenciações. Para Falcão (2006), são as denominadas fronteiras que demarcam os sistemas e subsistemas. São as fronteiras que definem as regras de quem participa e como participa do subsistema e, conseqüentemente, protegem a autonomia da família e de seus subsistemas. Assim, Johanssen citado por Falcão (2006) caracteriza as fronteiras como sendo as linhas que separam o sistema do entorno, definindo quem está dentro e que está fora delas. Nesse sentido, Minuchin (1982) afirma que a função das fronteiras é proteger a diferenciação do sistema, já que cada subsistema familiar apresenta funções e exigências específicas.

Esses subsistemas são separados por fronteiras e constituídos por regras e limites próprios que regulam as trocas e os intercâmbios estabelecidos entre eles, o que permite a manutenção de sua integridade e de seus padrões próprios. A falta ou o afrouxamento exacerbado dessas fronteiras e desses limites pode caracterizar a patologia em um sistema familiar (MINUCHIN citado por DESSEN, 2010, p. 213).

Minuchin (1982) traz vários tipos de fronteiras que remetem ao funcionamento dos sistemas, que podem ser desde fronteiras rígidas, nítidas ou até mesmo difusas. Para o autor, é importante que elas sejam nítidas, para que a família tenha um bom funcionamento. Essas fronteiras devem ser bem definidas, para que não haja interferências indevidas nas funções dos membros, mas, por outro lado, deve haver permissão para o contato entre os subsistemas. Por fim, Minuchin (1982) considera que a nitidez das fronteiras é fator importante para avaliar o funcionamento familiar.

Nas famílias em que as fronteiras são rígidas, os subsistemas desligados são isolados e autônomos, a comunicação entre os subsistemas e as funções protetoras do sistema são prejudicadas. Esse tipo de fronteira é característica das famílias restritivas que limita o afeto, a proximidade e a proteção (FALCÃO, 2006). As fronteiras difusas, por outro lado, caracterizam as famílias que aumentam a comunicação e a preocupação entre os membros familiares, eles desenvolvem seu próprio universo. Geralmente, onde há fronteira difusa, percebe-se que a independência e autonomia ficam prejudicadas, porém há um maior sentimento de apoio mútuo.

No entanto, vale lembrar que fronteira rígida ou difusa não diz respeito da diferença qualitativa entre ser funcional ou disfuncional, mas sim do tipo de interação entre os subsistemas familiares.

Além desses conceitos, faz-se importante a abordagem sobre o ciclo de vida familiar, na medida que através da noção do ciclo de vida, torna-se possível compreender situações importantes, tais como sintomas, disfunções e funcionamentos das famílias, sobretudo a fase da adolescência que é vivenciada pelo sistema familiar com certas especificidades.

3.3 O ciclo vital da adolescência e o desempenho escolar

O conceito de ciclo de vida familiar foi desenvolvido por vários autores citados neste trabalho, tais como Minuchin (1982), Cervený (2002), Carter e McGoldrick (1995) quando buscaram identificar etapas vivenciadas pelas famílias. Esses estudiosos buscaram dividir as etapas vivenciadas pelas famílias através de critérios como idade dos pais e dos filhos, tempo de união entre o casal.

De acordo com Carter e McGoldrick (2007) os estágios do ciclo de vida familiar podem ser divididos em seis, sendo eles: saindo de casa, jovens solteiros; a união de famílias no casamento: o novo casal; famílias com filhos pequenos; famílias com adolescentes; lançando os filhos e seguindo em frente; famílias no estágio tardio da vida.

Cervený (2002), no entanto, faz uma crítica a essa divisão, levando em conta o contexto brasileiro e considerando que nenhuma das etapas apresentadas abarca as inúmeras configurações familiares existentes. Em pesquisa realizada com famílias de classe média residentes na cidade de São Paulo e no interior, Cervený

(2002) insiste na necessidade de distinguir o ciclo vital próprio da realidade brasileira, uma vez que as crises e os modos culturais de enfrentamento são distintos da realidade americana. Apesar de não negar a diversidade de modelos familiares presentes em nosso território, a autora assinala a presença de quatro fases que são mais adequadas ao nosso espaço social. A autora, então, apresenta outra classificação: família na fase de aquisição, que diz respeito da união do casal até a vivência deste com os filhos pequenos; família na fase adolescente; família na fase madura; e família na última fase.

A fase de aquisição: inclui a escolha do parceiro, a formação de um novo casal, a chegada do primeiro filho e a vida com os filhos pequenos. A principal tarefa é adquirir: metas comuns, moradia, bens materiais, carreiras profissionais, filhos, educação, construção de vínculos com as famílias de origem, um modelo próprio para adotar na nova família. Todas essas aquisições dão corpo à família que está se formando.

Já a fase de adolescência corresponde à entrada dos filhos na adolescência. A principal tarefa dessa fase é suportar as mudanças, questionamentos e exigências constantes dos filhos. As regras e os limites devem ser redefinidos pelos pais, que também estão em questionamento de sua própria existência. Nessa fase é que ocorre o maior número de separações, no Brasil.

Por outro lado, a fase madura é a fase de maior sobrecarga do ciclo, uma vez que o casal possui duas gerações a seus cuidados: a de seus pais e a de seus filhos. Em nosso país é comum a ajuda aos filhos mesmo depois de adultos, seja porque não conseguem entrar no mercado de trabalho, seja porque não conseguem sustentar o novo grupo que formaram, o que gera maiores gastos financeiros para a família.

A fase última depende muito das anteriores, não só no âmbito afetivo, mas também no econômico e profissional. Nesse momento é realizado um balanço intergeracional do que foi de fato válido ou não na trajetória familiar. Atualmente, com o aumento da expectativa de vida em nosso país, essa fase tem se prolongado, em nossa cultura, o idoso é ativo, auxiliando emocional e financeiramente o grupo.

Analisando os dados levantados em sua pesquisa, que foram coletados mediante entrevistas e observações, Cervený (2002) constatou que as fases de aquisição e última são as mais flexíveis, propiciando um encontro fecundo entre as gerações que ocupam os extremos do ciclo. As fases de adolescência e madura,

por outro lado, são as que produzem maior estresse. Neste trabalho, onde o foco é família com filhos adolescentes, se torna importante uma abordagem mais aprofundada a respeito desse ciclo vital familiar.

De acordo com Carter e McGoldrick (2007) família enquanto um sistema humano composto por membros de diferentes gerações, também passa, ao longo de sua existência por um ciclo de vida próprio, permeado pelas mais variadas tarefas, pelas mais distintas demandas e adaptações. Esse ciclo possui características específicas de acordo com cada etapa a ser enfrentada e fundamenta o contexto primário em que o ser humano se desenvolve.

Vale lembrar que o ciclo de vida individual de cada membro interfere no ciclo da família. O índice de natalidade menor, o aumento da expectativa de vida, a mudança no papel feminino e o aumento crescente de divórcios e de recasamentos, afetam esse grupo, que possui pelo menos três gerações, e cada vez mais quatro gerações em uma mesma rede familiar, o que significa que as famílias atuais estão ainda mais propícias ao desgaste nas transições de uma etapa à outra. Isso porque, como assinala Dessen (2010), o ciclo de vida familiar passa por transformações ao longo do tempo que são representadas pelas mudanças inerentes aos sistemas abertos e, através dessas transformações é que ocorre a perda de equilíbrio antes estabelecido e o restabelecimento de equilíbrio com base na condição que emerge. Na teoria sistêmica de família esses períodos são denominados crises normativas e caracterizam as transições no desenvolvimento.

Cada nova etapa a ser enfrentada conduz a uma resistência contra a transição em uma tentativa de manter o presente, projeção no futuro para que as dificuldades agora vividas tenham se tornado passado. Os pontos de transição de um estágio ao outro conduzem a família a um estresse gerenciado pelo paradoxo central de seu modo de ser: estabilidade necessário *versus* mutação constante.

Nesse sentido, Carter e McGoldrick (2007) estudaram os estágios de desenvolvimento familiar, considerando que no curso de vida, a família passa por diferentes fases e, em cada uma delas, precisa realizar tarefas específicas. São os estágios dos ciclos de vida familiar em que podemos incluir as famílias com filhos adolescentes. Nessa fase, o relacionamento pais-filhos deve incorporar alterações provenientes dessa fase tão radical, englobando, ao mesmo tempo, zelo e possibilidade de crescimento. Aqui os pais também vivem dentro de seu próprio ciclo de vida questões de adaptação físicas, conjugais e profissionais. Inicia-se também a

demanda de cuidado nas gerações mais velhas.

Nesse ciclo, Dessen (2010) afirma que os jovens estão construindo sua identidade, sendo um período marcado por diversos questionamentos a respeito de regras, valores e crenças que antes já haviam sido estabelecidos tanto pelos pais, quanto pelos outros contextos nos quais estão inseridos.

A crise estabelecida nessa fase exige da família um aumento da flexibilidade em suas interações, entre os genitores e os filhos, para que possa ser restabelecido o equilíbrio do sistema, havendo, inclusive, a diminuição da autoridade dos genitores.

A descrição de estágios do curso de vida familiar nos aproxima de realidades importantes do processo de desenvolvimento familiar, definindo características próprias de cada período e elucidando as tarefas de desenvolvimento, tanto da família como de seus membros em particular, além de enfatizar os problemas próprios de cada fase (DESSEN, 2010, p. 214).

Orsi (2003) afirma que quando o ambiente familiar é estável e afetivo, isso pode contribuir de forma bastante positiva para que o sujeito apresente bom desempenho escolar, apesar de não garantir o sucesso, já que outros fatores, além dos familiares, influenciam o processo de aprendizagem. O processo de desenvolvimento e de aprendizagem são diretamente influenciados pelas mudanças que ocorrem na estrutura social.

Polity citado por Orsi (2003, p. 71) corrobora que:

Embora as dificuldades de aprendizagem estejam ligadas a múltiplos fatores, elas são sobremaneira sustentadas pelo meio familiar, escolar e social, e a forma como estes sistemas, em especial a família, definem essa dificuldade, terá um papel decisivo na evolução e resolução do problema, pois as dificuldades de aprendizagem expressam uma personificação dos conflitos familiares e emocionais que não foram manifestos explicitamente, permanecendo muitas vezes no inconsciente da criança, de forma velada.

No processo da adolescência observa-se que o sujeito não está sozinho, uma vez que ele está inserido em relações com outros indivíduos na família, na comunidade e na escola e esses diferentes contextos influenciam para que a elaboração das vivências dessa fase se dê de forma estável ou instável. O baixo desempenho na escola, junto com as demais características da adolescência pode configurar como um sintoma na busca do adolescente por compreender as situações

e dificuldades que ele vivencia (ANTUNES & FALCKE, 2010).

O êxito no desempenho escolar do adolescente está diretamente relacionado ao sentimento de segurança, à estabilidade, à afetividade e à compreensão para que se sinta adequado diante dos processos de aprendizagem. A família é responsável por garantir um ambiente seguro e facilitador do processo de crescimento emocional dos adolescentes, para que possam lidar de forma tranquila com as frustrações em relação aos modelos de aprendizagem formal. “Entende a família como sendo uma estrutura protetora, que desempenha a tarefa de orientar a criança ou adolescente, de forma a favorecer o seu crescimento e aprendizado no contexto social” (CASARIN & RAMOS, 2007, p. 185).

Vale ressaltar que a necessidade do indivíduo ultrapassa a satisfação das necessidades fisiológicas, sendo fundamental o afeto e a troca com adultos. Quando as relações de afeto estão empobrecidas, as possibilidades de amadurecimento ficam limitadas, podendo gerar dificuldades emocionais, dificuldades escolares, dentre outras. Isso fica claro quando Casarin e Ramos (2007) afirmam que uma maneira de a criança ou o adolescente manifestar a precariedade do vínculo familiar ou a falta dele, é apresentando dificuldade na área escolar.

O fracasso escolar e suas manifestações podem estar associados aos problemas que, involuntariamente, impedem o aluno no processo de aquisição de conhecimento, levando-o a apresentar dificuldades ou transtornos emocionais, problemas complexos que advêm de influências familiares (CASARIN & RAMOS, 2007, p.188).

O ambiente familiar saudável possibilita ao indivíduo ter referências consistentes e seguras, ter consciência de suas possibilidades. Além disso, propicia um bom nível de autoestima, segurança interna e a troca nas relações que leva o adolescente a acreditar em si próprio e na sua capacidade de aprender e superar os desafios a ele impostos.

Com esse olhar crítico e pautado na abordagem sistêmica, o baixo desempenho escolar pode ser considerado um sintoma que aparece em determinado membro da família e pode ser ocasionado por mudanças vivenciadas no sistema familiar. De acordo com Preto (2007), geralmente os sintomas surgem em períodos de mudança de ciclo familiar, quando normalmente vêm acompanhados de ansiedade e stress sendo que o baixo desempenho escolar surge como forma de dominar a crise.

4 COMPREENDENDO A RELAÇÃO FAMÍLIA VERSUS ESCOLA NA ADOLESCÊNCIA

4.1 METODOLOGIA

Para estudar e compreender as relações entre família, escola e adolescência é imprescindível o uso de uma proposta metodológica que consiga abranger toda essa realidade. Entender essas relações envolve analisar e dar significados a sentimentos, valores, crenças, realidades distintas, histórias distintas compartilhadas pelos adolescentes e pelas famílias. Para tanto, o método qualitativo foi escolhido para orientar esta pesquisa, já que autores como Minayo (2010) e Turato (2003) consideram que através da pesquisa qualitativa, o pesquisador busca apreender o procedimento pelo qual as pessoas constroem significados e descrevem o que são aqueles significados.

4.1.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa se insere na perspectiva da pesquisa qualitativa, uma vez que trabalha com fenômenos que não podem ser restringidos a operacionalização de variáveis, pois trata-se de crenças, valores, significados, atitudes, que estão no âmbito das relações, dos processos e dos fenômenos, como afirma Souza (2008). Nesse sentido, a busca por significados se dará a partir da teoria sistêmica sobretudo de primeira ordem, em uma indissociabilidade das relações que as subjetividades criam em seu cotidiano, focando nas narrativas que são elaboradas.

A abordagem qualitativa de pesquisa, ao se voltar para os indivíduos, bem como para como eles constroem seus significados, através dos métodos e técnicas, se interessa mais pelo processo do que pelo resultado propriamente dito, como é o caso da abordagem quantitativa. Dessa maneira, Souza (2008) afirma que a pesquisa qualitativa busca interpretar a relação de significações de fenômenos para os indivíduos e a sociedade.

Pesquisa qualitativa é multimetodológica quanto ao foco, envolvendo uma abordagem interpretativa e naturalística para seu assunto. Isto significa que os pesquisadores qualitativistas estudam as coisas em seu setting natural, tentando dar sentido ou interpretar fenômenos em termos das significações que as pessoas trazem para eles. (DENZIN & LINCOLN citado por TURATO, 2003, p.191).

Segundo Diniz (2007), vale salientar ainda que a abordagem qualitativa se fundamenta no fato que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito e que entre o mundo objetivo e a subjetividade do pesquisador existe um vínculo indissociável. Assim, o sujeito observador atribui um significado para os fenômenos que interpreta, já que é parte integrante do processo de conhecimento.

Assim, a escolha da pesquisa qualitativa inclui reconhecer a importância de adequar a metodologia ao tema de investigação e aos sujeitos escolhidos, valorizando a cientificidade da pesquisa, mas também pressupõe sensibilidade e criatividade do pesquisador ao saber flexibilizar-se e permitir que a pesquisa vá se desenrolando, trazendo inovações ou resultados talvez inesperados (DINIZ, 2007, p.15).

Dentre os vários procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa, esta pesquisa utilizará o material coletado, através de entrevistas semiestruturadas realizadas com alunos de uma escola técnica e seus familiares, cujo roteiro encontra-se no Apêndice I. A escolha dessa metodologia surge na perspectiva de entender melhor, a influência da família e das relações dela com a escola no desempenho escolar dos adolescentes, dando voz aos envolvidos nesse processo.

Contrapondo a uma visão da produção de conhecimento na qual há uma separação entre sujeito e objeto, Grandesso (2011) insiste que não há a possibilidade de produção de um conhecimento objetivo, uma vez que não há separação entre o observador e o que é observado. Para a autora, os resultados de estudos qualitativos são definidos como produto da ação conjunta entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, assim os resultados desses estudos decorrem do campo da intersubjetividade.

Um dos aspectos metodológicos centrais às epistemologias qualitativas é a crença na impossibilidade de acesso a um conhecimento objetivo no qual o objeto de estudo pudesse ser configurado independentemente das subjetividades tanto do pesquisador como do pesquisado (GRANDESSO, 2011, p.308).

Assim, o pesquisador é parte fundamental nesse tipo de estudo, já que ele normalmente parte de concepções formadas ao longo de suas vivências e práticas a respeito do tema pesquisado. Ou seja, sua história também faz parte do processo da pesquisa e está em constante interação com a subjetividade dos entrevistados.

Em contrapartida, a Teoria Sistêmica, diretriz do presente trabalho, que tem como embasamento a noção de sistema e a ênfase no aspecto interacional,

considera a subjetividade do sujeito sócio-histórico que está inserido em diferentes sistemas com os quais se relaciona, por exemplo a família e a escola. Sistemas que são na verdade complexidades organizadas, que possuem interações circulares que escapam da lógica determinista e que comportam processos resultantes dessas conexões entre os elementos de um sistema. Nessa perspectiva, a partir dos pressupostos que apresentamos no capítulo 3, enfatizamos na análise que se segue a interação entre os elementos e a organização dinâmica dos processos que ocorrem dentro do sistema familiar e em conexão com o sistema escolar

É a partir dessa teoria que vamos buscar os significados que surgem de forma circular, dinâmica e interativa, entre os membros da família e da escola, tecendo formas de estar no mundo e de lidar com o cotidiano. Entendemos ainda que a Teoria Sistêmica possibilita a valorização das relações dinâmicas que acontecem entre esses grupos insistindo na complexidade dos fenômenos.

Sendo assim, além da análise da adolescência como construção histórico-social e da apresentação da leitura sistêmica, demonstradas nos capítulos 2 e 3, buscamos realizar uma leitura de aspectos que estão relacionados à fase da adolescência, tais como autonomia e afetividade tentando fazer uma inter-relação da família e da escola no desenvolvimento do adolescente. Além disso, a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas, discutimos sobre as diversas mudanças que vem ocorrendo nas famílias nos últimos tempos, tentando relacioná-las à participação dos membros familiares na vida escolar dos adolescentes e as funções e papéis desempenhados pelos membros. Para isso, realizamos o levantamento de questões relacionadas à adolescência e à família, visando articular adolescência, família e teoria sistêmica. Levando em consideração os objetivos desta pesquisa, utilizamos como instrumento de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas que, de acordo com Souza (2008) são utilizadas pelo pesquisador com o objetivo de conseguir informações relevantes ao conteúdo da sua pesquisa e caracteriza-se por um diálogo entre duas pessoas, iniciado pelo entrevistador.

Nas entrevistas semiestruturadas o entrevistador procura acompanhar o sujeito entrevistado, fazendo perguntas eventuais para ajustar o foco ou esclarecer aspectos importantes. O entrevistador geralmente possui um roteiro elaborado previamente, que funciona como uma espécie de guia, com os temas a serem abordados durante a entrevista. As entrevistas semiestruturadas indicam uma direção e, ao mesmo tempo, uma abertura para as expressões espontâneas dos sujeitos, possibilitando uma compreensão de sua realidade (SOUZA, 2008, p.63).

Para conseguir os entrevistados e realizar as entrevistas deste estudo, a pesquisadora fez contato com a direção da escola pessoalmente, momento em que apresentou a proposta da pesquisa e disponibilizou uma cópia do projeto. Após a apreciação por parte da diretoria, foi concedido o consentimento e autorização para realização do trabalho na instituição.

Com o consentimento, realizamos entrevistas com alunos do ensino médio (Apêndice A) e com as mães desses alunos e em um dos casos com os pais (mãe e pai) do aluno (Apêndice B). Cada sujeito foi entrevistado individualmente, exceto no caso em que a entrevista foi realizada com os pais, que ocorreu com os dois ao mesmo tempo, e a conversa foi registrada através de gravação de voz, que foi anteriormente comunicada e aceita pelos entrevistados. A escolha dos alunos entrevistados ocorreu de maneira aleatória. O convite aconteceu através de uma conversa entre o aluno e a pesquisadora, momento em que foram expostos os objetivos e as condições da pesquisa. Posteriormente, foi realizado contato telefônico com os familiares que foram convidados da mesma maneira. Todas as pessoas convidadas aceitaram participar da pesquisa, mas no que se refere à participação das famílias, o que ocorreu foi que no caso de dois alunos apenas as mães participaram da pesquisa e no caso de um aluno o pai e a mãe aceitaram contribuir com a entrevista. Cada aluno entrevistado assinou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) e os familiares assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D).

Foram entrevistados três alunos (um do sexo masculino e duas do sexo feminino) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG – *Campus* Montes Claros, duas mães desses alunos (de uma menina e de um menino) e os pais (mãe e pai) de outra aluna. Desses três adolescentes, todos moram com o pai, a mãe e os irmãos, tendo todos os pais casados. Todas as famílias entrevistadas residem na cidade de Montes Claros.

A cidade de Montes Claros está situada no Norte do estado de Minas Gerais e apresenta uma população de cerca de 400 mil habitantes. É um município que possui diversas atividades, com destaque para o comércio, que abastece grande parte das cidades situadas na sua região de abrangência, conta com várias redes de lojas e atacadistas do Brasil. Além do forte comércio, vale dar destaque ao grande número de instituições de ensino instaladas na cidade que se transformou em um importante pólo universitário. São 13 instituições de ensino superior particulares, a

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) que oferecem diversos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, 2013).

A instituição onde foi realizada esta pesquisa, apresenta uma característica específica oferecendo cursos técnicos de nível médio (nas modalidades integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio), presenciais e a distância, cursos técnicos PROEJA (Educação de Jovens e Adultos), FIC (Formação Inicial e Continuada), cursos superiores (Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura). Também são ofertados cursos no âmbito do Programa Mulheres Mil e Bolsa-Formação do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS, 2009).

A maioria das famílias e dos adolescentes entrevistados pertence às camadas médias. Esses estratos ou camadas sociais caracterizam-se como grupos que fazem parte de sistemas de estratificação social constituídos a partir de critérios econômicos, sociais e até mesmo políticos. Nesse sentido, a camada média é um estrato heterogêneo contendo subdivisões. Sua renda é superior a cinco salários mínimos e socialmente gira em torno da camada alta tentando reproduzir seus estilos e comportamentos, sendo suas aspirações essencialmente consumistas (BOUDON & BOURRICAUD, 1993).

As famílias pesquisadas são compostas por grupos de 03 a 04 membros, pertencentes às camadas médias urbanas, com residência fixa em Montes Claros. Os genitores possuem, em alguns casos instrução de nível médio e em outros de nível superior. As idades dos pais variam entre 43 e 60 anos. Para uma maior compreensão da coleta de dados, elaboramos os quadros que se seguem.

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados - Alunos

Identificação	Idade (anos)	Curso – série	Modelo de família	Nº de pessoas na família	Idades (anos) dos pais e irmãos	Escolaridade	Profissões
A1	15	2º ano – Integrado Química	Recasamento – 03 filhos do primeiro casamento do pai	03 (pai, mãe e filha)	Mãe – 51	Pós-graduada	Aposentada
					Pai - 60	Ensino Fundamental	Fazendeiro
A 2	15	2º ano – Integrado Química	Nuclear	04 (pai, mãe, dois filhos)	Mãe – 43	Superior Completo	Administradora de empresas
					Pai – 48	Ensino Médio Completo	Segurança bancário
					Irmã - 10	Cursando 4ª série	Estudante
A 3	17	3º ano – Integrado Química	Nuclear	04 (pai, mãe, dois filhos)	Mãe – 51	Superior Completo	Pedagoga – Aposentada
					Pai – 51	Técnico	Técnico em Contabilidade
					Irmã – 23	Superior Completo	Administradora de empresas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados - Familiares

Identificação	Idade (anos)	Escolaridade	Modelo de família	Nº de pessoas na família	Relação de parentesco com o aluno	Idades dos filhos
F1	51	Superior completo	Recasamento – com 03 filhos do primeiro casamento do pai	03 (pai, mãe e filha)	Mãe	15 anos
F2	43	Superior completo	Nuclear	04 (pai, mãe, filho e filha)	Mãe	15 anos e 10 anos
F3 F4	51 51	Superior Técnico	Nuclear	04 (pai, mãe e duas filhas)	Mãe Pai	23 e 17 anos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Após a coleta, os dados obtidos através das entrevistas realizadas tiveram conteúdo analisado conforme a proposta de Bardin (2011), análise que possibilita buscar o sentido, os significados do conteúdo das narrativas apresentadas pelos adolescentes e pelas famílias. Através dessa técnica de análise de dados, é possível uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo que foi coletado no decorrer da entrevista.

As pesquisas qualitativas podem ter seus resultados analisados através de diferentes técnicas, dentre elas a análise de conteúdo utilizada nesta pesquisa, levando em consideração o que foi proposto por Bardin (2011), que afirma que essa análise busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja por meio de falas ou de textos, através de várias técnicas. Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) consideram que várias técnicas de pesquisa compreendem a análise de conteúdo. Essas técnicas permitem a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação e também às inferências sobre os dados coletados. Para os autores, a necessidade de ultrapassar as incertezas das hipóteses e pressupostos e a necessidade de enriquecer a leitura através da compreensão das significações, bem como a necessidade de desvelar as relações estabelecidas além das falas propriamente ditas, na maioria das vezes explica a escolha desse método.

Da análise de conteúdo utilizamos precisamente sua proposta acerca do sistema de categorias, com o intuito de organizar e sistematizar os pontos a serem investigados, facilitando dessa maneira a investigação e a posterior análise dos dados provenientes das entrevistas realizadas. A análise temática efetivada foi de cunho qualitativo, o que significa dizer que enfatizamos a presença dos temas que emergiram nas falas dos entrevistados e não sua frequência. Nessa perspectiva, elaboramos as seguintes categorias temáticas: Adolescência na família; escola e participação da família e interferências da escola e da família. Essas categorias são discutidas a seguir.

4.2 Análise de dados

As entrevistas realizadas com os alunos e seus familiares apresentam dados importantes acerca da temática desta pesquisa e possibilitaram reflexões e discussões que abarcam os subtemas apresentados a seguir. O exame e discussão

desses dados foram realizados a partir da análise de conteúdo das falas dos sujeitos entrevistados, buscando compreender as mensagens emitidas no decorrer das entrevistas. Vale ressaltar que Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) consideram que na pesquisa qualitativa há um risco de a análise do observador ocorrer de maneira a abordar seus pré-conceitos, já que aborda a subjetividade do sujeito, o que acaba por refletir no objeto estudado. Nessa perspectiva, não há a possibilidade de se realizar uma análise neutra do material coletado e tampouco de se produzir um conhecimento objetivo. Sendo assim, as falas e seus significados aparecem a seguir em associação com a experiência da pesquisadora.

4.2.1 Adolescência na família

A adolescência é intrínseca ao desenvolvimento humano, no entanto, ainda é considerada por muitos como uma fase delicada, que merece ser estudada e entendida. Nesta pesquisa, consideramos essa fase como peculiar dentro da família, com também consideram Carter e MacGoldrick (2007) e Cervený (2002). As famílias com filhos adolescentes precisam entender as questões que perpassam esse ciclo vital para que possam, assim, buscar maneiras de lidar com as mudanças e novidades.

As várias etapas pelas quais as famílias passam ao longo de seu desenvolvimento, da sua constituição até a morte de seus indivíduos, é o que denominamos de ciclo vital familiar. Tal conceito se torna fundamental quando trabalhamos as famílias, já que cada ciclo apresenta suas características e particularidades. De acordo com Cervený e Berthoud (2009), os critérios que definem os ciclos são diversos, podendo ser a idade da geração, a entrada e a saída de membros, o tempo de união, devendo considerar-se que as famílias possuem diferentes configurações.

É certo que existem diversos ângulos sob os quais definimos a instituição família, e a lente escolhida – o ciclo vital – permite simultaneamente uma visão panorâmica e focal, porquanto não é um conceito rígido; ao contrário, permite sobreposições e reconstituições (CERVENÝ E BERTHOUD, 2009, p.25).

As famílias com filhos adolescentes passam por um período em que há uma busca de maior autonomia e independência, que acaba por gerar mudanças no

relacionamento entre as gerações, muitas vezes ocasionando nos pais o medo da perda e da rejeição por parte do filho adolescente (PRETO, 2007).

Para Preto (2007), é comum os pais sentirem um vazio na transição do filho da infância para a adolescência, quando passam a ter maior independência, já que os pais acabam não sendo tão necessários como antes e a natureza de seus cuidados precisa mudar. Esse ponto aparece na fala desta mãe:

[...] mas eu acho que o pior desafio, acho que é esse, a questão do, do ,do começar a sair, querer ser mais independente , a querer coisa que a gente talvez não possa dar. Assim, deixar, querer fazer coisa que as vezes a gente não pode deixar e permitir aquilo. E às vezes não entende. (F1)

A partir dessa fala, podemos perceber que há uma insegurança por parte da família quando o adolescente passa a buscar uma maior autonomia e independência. A necessidade de imposição de limite por parte do grupo familiar é algo importante, mas muitas vezes se torna difícil. Os pais se sentem inseguros e temem serem rejeitados pelo filho que, na maioria das vezes não entende o posicionamento da família.

Na minha experiência com os adolescentes, também percebo que o estabelecimento de limite por parte dos pais é algo que muitas vezes não acontece por haver essa insegurança, o que acaba levando a uma superproteção do filho. Isso fica evidente principalmente em situações-problema em que o adolescente está envolvido e precisa ser responsabilizado pelos seus atos, mas os pais acabam por criar um discurso que leva à vitimização do aluno.

De acordo com Wagner et. al. (2002), as atitudes dos filhos nesta fase, da adolescência, surpreendem os pais, na medida em que ficam mais irritadiços, questionadores e instáveis, porém é preciso compreender que essas atitudes representam para os adolescentes uma maneira de buscar a sua própria identidade e uma diferenciação em relação das figuras parentais. Essas alterações afetam os familiares que não sabem o que fazer nos relacionamentos cotidianos, como salienta esta mãe:

[...] ela quer a resposta dela, ela quer que eu fale exatamente o que ela... gostaria de ouvir e nem sempre é. Aí se eu falo o que eu penso ela já emburra, ela fica com raiva e sai... num... para de falar, nem que eu pergunte mais ela não quer saber, ela não quer responder mais. Cê entendeu? Então é a questão de relacionamento que eu acho mais difícil. (F1)

Diante dessa nova fase do ciclo familiar, Wagner et. al. (2002), apontam para a importância do equilíbrio na autoridade dos pais, bem como da flexibilidade das fronteiras, para que seja possível ao adolescente transitar por diferentes territórios.

A entrada na adolescência também é vivida de forma distinta de acordo com a dinâmica de cada família, que possui um sistema, suas formas de relacionar e suas próprias regras. Para Minuchin e Fishman (1990), a família tem desenvolvido padrões de interação que constituem a estrutura familiar definida pelo funcionamento do sistema e suas fronteiras. Essa estrutura familiar delinea a gama de comportamentos da família, facilitando sua interação e governando o funcionamento dos membros da família. Corresponde a um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem no padrão transicional. Esse conjunto é mantido pelos subsistemas, que favorecem a diferenciação do sistema e a realização de suas funções. Entre os subsistemas estão as fronteiras que são regras que definem quem participa em cada subsistema e de que maneira. As fronteiras nítidas entre os subsistemas têm como função proteger a diferenciação do grupo.

Vale ressaltar que os subsistemas familiares se dividem em: subsistema conjugal, onde há necessidade de complementaridade e acomodação mútua para desempenho de suas tarefas e funções específicas e deve conseguir uma fronteira que o proteja da interferência das exigências e necessidade dos outros subsistemas. Minuchin e Fishman (1990) acentuam que esse subsistema é referência para o crescimento dos filhos. O subsistema parental que deve se adaptar a fatores que incidem sobre a idade e quantidade de filhos envolve um processo de desenvolvimento e de socialização são conflitantes. Usualmente nas famílias nucleares, estudadas nesta pesquisa, os mesmos membros que compõem o subsistema conjugal são os que compõem o subsistema parental. E o subsistema fraternal que é o primeiro laboratório social, no qual as crianças podem experimentar relações com iguais.

Para Stamm e Mito (2003) o entendimento sobre família não se esgota com essas considerações, uma vez que não há uma organização familiar universal ou um modelo único de família, como vimos no capítulo 2. As famílias variam substancialmente quanto a sua dinâmica, estrutura e ao seu funcionamento, dependendo, principalmente, do grau de flexibilidade, de seu lugar na estrutura social e do próprio momento histórico. Algumas famílias possuem uma boa

capacidade de adaptação e mudança, enquanto outras não conseguem tal resultado, mantendo sempre a continuidade.

Dessa maneira, a família:

(...) desenvolve através dos tempos padrões de interação que vão constituir a estrutura familiar. Esta estrutura governa o funcionamento dos elementos que formam a família, delineando comportamentos e facilitando interações (STAMM & MIOTO, 2003, p.166).

Assim, para desempenhar suas tarefas essenciais, dar apoio para a individuação e prover sentido de pertinência, é necessária uma forma de estrutura familiar que permita a diferenciação, o que se torna fundamental no ciclo de vida familiar com filhos adolescentes.

A busca pela independência do adolescente exige uma reorganização nos padrões de funcionamento familiar e uma comunicação direta e clara. Postura geralmente difícil de ser sustentada pelos pais, que criam uma realidade de insegurança e receio, na qual circulam suas condutas. Esse embate aparece também na fala deste adolescente:

Porque eu também acho que isso eu tenho que aprender a resolver já minhas próprias coisas pra mim aprender a amadurecer já e ... não ficar dependendo sempre de pai e mãe pra tudo. Mas assim... no que precisa, igual eu já falei, eles tão sempre sabendo, mas o que não tem necessidade, não. (A2)

Deve-se considerar a diferença entre o ciclo familiar com filhos adolescentes e o ciclo das famílias com filhos mais jovens. Enquanto a família com filhos menores deve estabelecer regras mais rígidas, com menos maleabilidade, as famílias com adolescentes devem estabelecer fronteiras qualitativamente diferentes, de maneira que sejam mais permeáveis. As fronteiras flexíveis possibilitam que os adolescentes sejam dependentes nos momentos que não conseguem manejar as coisas sozinhos, mas, ao mesmo tempo, que eles experimentem e se afastem, crescendo o grau de independência, quando estão prontos para enfrentar as situações. Nessa direção, podemos afirmar que:

Numa família com adolescentes assiste-se a uma mudança na relação pais/filhos, a um aumento da flexibilidade das fronteiras familiares, a uma nova focagem na vivência do casal. Trata-se habitualmente de um período da vida profissional muito exigente para os pais. Há também um deslocamento progressivo das preocupações da família para as gerações

mais velhas e, na fase final, assiste-se a uma preparação para a saída dos filhos, dando origem à chamada *síndrome do ninho vazio*. Atualmente a tendência é de que esta saída se dê mais tarde, comparativamente ao que acontecia na geração dos pais (FONSECA, 2004, p.06).

A flexibilidade é que vai possibilitar que o adolescente estabeleça relacionamentos próprios e independentes com a família ampliada. Alguns alunos entrevistados apresentam falas que corroboram com esse posicionamento familiar, na medida em que relatam a presença da mãe na escola nos momentos em que eles próprios não conseguem resolver a situação, mas uma liberdade para resolverem sozinhos o que é possível. Essa problemática aparece na fala desta aluna que diz não conseguir autonomia sempre.

[...] eu já... já tento resolver sozinha, mas se eu não conseguir e se eu falar com ela, ela vem. Se ela achar que realmente é um problema. (A1)

A fala dessa aluna ilustra que há uma flexibilidade da família, no sentido de tentar deixá-la resolver as questões escolares sozinha para que possa desenvolver uma autonomia, mas ao mesmo tempo, quando a jovem não consegue ser autônoma, há uma disponibilidade de participar e resolver os problemas. Vejo nesses adolescentes, que a flexibilidade lhes dá a confiança de que podem contar com alguém nos momentos em que não conseguem solucionar os problemas sozinhos. Essa situação também aparece na fala de outro aluno:

[...] Ela (a mãe) tem uma facilidade a mais em participar dessas coisas. (...) É... ela é disponível. Quando eu preciso dela, ela me ajuda. (...) Se eu convidar ela pra ela vim aqui, igual eu te falei agora, ela vem. Ela sempre tá proposta. Toda vez que tem alguma coisa aí que tem, que os pais podem vim, ela sempre vem. (A2)

Diante do contexto apresentado, podemos afirmar que há uma busca pelos adolescentes da autonomia, quando visam tornarem-se cada vez mais responsáveis, mas ao mesmo tempo contam com a segurança da orientação dos pais. Isso também fica evidente na afirmação desta aluna:

Ultimamente não com tanta frequência mais, mas antes eram bem presentes. Eu acho que foi pelo fato de que eles viram que eu amadureci, a confiança deles em mim, em certo modo aumentou. Agora eu mesma começo a tomar as minhas próprias decisões, eles não ficam mais em cima o tempo inteiro como era antes. (A3)

O que corrobora com as ideias de Preto (2007), quando afirma que a autonomia significa que o sujeito não é mais tão dependente dos pais em termos psicológicos e tem mais controle sobre a tomada de decisões em sua vida, desconectando-se emocionalmente dos pais.

Barbosa e Wagner (2014) ao discutirem a respeito do desenvolvimento da autonomia, apresentam-na como uma das tarefas mais importantes da fase da adolescência, além de ser um construto complexo. De acordo com essas estudiosas, o desenvolvimento da autonomia e a satisfação de vida são fortemente influenciados pelo suporte parental que também se associa a menores índices de problemas de comportamento. Vale ressaltar que há uma multiplicidade de conceitos e variáveis associados à autonomia, o que reafirma a complexidade dessa habilidade, influenciada por diferentes contextos e incluindo as variáveis familiares e o ambiente do sujeito.

A construção da autonomia se dá em meio à afetividade que circula no grupo familiar. De acordo com Polity (2009), a escola e a família são consideradas sistemas de vínculos afetivos, já que é através das relações emocionais desenvolvidas entre os membros da família e/ou da escola que se dão os nossos processos de humanização. Assim, essas relações emocionais oferecem condições para que ocorram satisfatoriamente as diferentes fases de aprendizagem. Com isso, ressaltamos a importância da família e da escola no processo de crescimento do adolescente nessa fase, quando aparecem várias dúvidas, medos, conforme alguns alunos relatam no decorrer das entrevistas. Crescimento que é vivido de uma forma ambivalente, como relatado por esta aluna:

[...] tive que criar uma responsabilidade e, e eu não sei se eu tava preparada, sabe? ai... não sei... eu gosto, mas ao mesmo tempo eu preferia ser criança. (A1)

Tal situação também fica evidente quando outra aluna, ao ser questionada a respeito do que é ser adolescente, responde:

Pra mim ser adolescente é você estar envolvido num âmbito que você tem uma certa imagem construída de que você tem que aproveitar a vida, de que você é inconsequente, que você tem vestibulares pra fazer, eu acho que é uma cobrança muito forte em cima disso. (...) pra mim não é fácil não (risos). Eu acho que tem muitos empecilhos nesse processo. A gente tem muita cobrança, principalmente na parte dos estudos. A questão do amadurecimento, nós somos acometidos por um tipo transformações que a

gente ainda não entende muito bem, o nosso próprio corpo e principalmente, é, em relação a essa questão do que é cobrado pra gente, do que a sociedade cobra. Tem... a questão do amadurecimento tá muito intrínseca. Principalmente pelo fato de que a gente tá deixando a infância para entrar na fase adulta, aí é cobrado mais responsabilidade e é justamente uma época que a gente é marcado pelas nossas consequências. (A3)

É também nessa fase do desenvolvimento da autonomia e da independência que o adolescente se volta para o meio social, buscando apoio no grupo de iguais, deixando a família de ser o centro das atenções. Isso fica evidente no dia-a-dia na escola em que foi realizada a pesquisa, onde os alunos se agrupam facilmente aos colegas. Também fica evidente durante as entrevistas realizadas, quando tanto os adolescentes quanto os pais relatam sobre as amizades:

[...] no meu caso comecei a ter mais amigos e... . Antes eu não amava nenhum amigo, agora eu amo e, e eu acho que isso é bom. (...). Ah... eu não sei... eu acho que fico mais confusa. É... eu comecei a me sentir mais sozinha também, mesmo tendo amigos. (A1)

Capelinha (2013, p.01), ao abordar sobre as relações de amizade na adolescência, afirma que “[...] a amizade é um tipo de relacionamento entre pares, reconhecida pelas suas contribuições significativas e únicas para o desenvolvimento”. Para a autora, na adolescência as relações de amizade têm uma importância particular, já que nesse período há um aumento do espaço social e das relações de amizade complexas e profundas. É também quando as amizades se tornam mais significativas e há maior intimidade. Dessa forma, os adolescentes percebem os amigos como fontes principais de apoio e orientação.

No dia a dia dentro da escola, isso se evidencia em diversos momentos, quando presenciamos relações de amizades entre os alunos, amizades que não se restringem ao ambiente escolar, mas abrange o ambiente externo à escola. Também aparece quando por diversas vezes alunos buscam ajuda para os colegas e amigos que passam por momentos difíceis ou procuram defender algum deles em situações desconfortáveis. Tudo isso ilustra as relações significativas e importantes de amizade entre os adolescentes.

As relações de amizade de qualidade durante a adolescência representam um contexto social positivo e contribuem para o bem-estar psicossocial, já que através delas os jovens fortalecem sua autoconfiança e suas expectativas para o futuro (RABAGLIETTI & CIAIRANO citados por CAPELINHA, 2013). A partir disso, estudos

a respeito da temática têm mostrado que os adolescentes que descrevem amizades com características positivas tendem a ter maior sucesso escolar. Assim, podemos afirmar que a amizade desempenha importante papel na vida dos adolescentes e leva, inclusive, a um sentimento de pertencimento à escola.

[...] Ahn... no meu caso... ahn... é...principalmente em questão de... de amigos... em saber distinguir quem te quer bem, quem te quer mal [...]. (A2)

Outra aluna relata da sua dificuldade em ficar bem e ficar feliz com as pessoas.

Eu acho que... que é ficar bem, ficar feliz com as pessoas, eu tenho dificuldade em, acho que aceitar as coisas do jeito que elas são. (A1)

4.2.2 Escola e participação familiar

A compreensão da família se faz a partir de vários fatores importantes, que vão desde os aspectos étnicoculturais, até as mudanças nos padrões de funcionamento e estrutura das famílias. Nesse sentido, vale lembrar que a família nuclear predominante entre a década de 1920 e 1940, se caracterizava pela hierarquização nas relações familiares e pela clara divisão de tarefas em função do gênero. No século XX algumas mudanças apareceram, mas foi somente na segunda metade desse século que o papel feminino sofreu decisivas transformações, com a participação ativa das mulheres tanto no cenário político, quanto econômico social do país e também por relações mais igualitárias entre os cônjuges e entre pais e filhos (DESSEN, 2010).

Embora tenham ocorrido tantas mudanças no que tange aos papéis desempenhados pelas mulheres, ficou evidente que, mesmo com o início da vida profissional feminina fora do ambiente doméstico, o compromisso com a educação dos filhos continuou a recair sobre elas, gerando uma dupla jornada de trabalho. As entrevistas realizadas corroboram com essa afirmação, quando a maioria dos entrevistados relata que o acompanhamento da vida escolar dos filhos fica por conta delas, com rara participação dos pais, conforme pode ser visto nas falas abaixo, quando respondem à pergunta “Na sua família, quem costuma participar da sua rotina escola?”:

[...] Minha mãe. (A1). – falando de quem participa da rotina escolar dela.

Muitas vezes a participação da mãe vem acompanhada da não participação do pai, como afirma esta mãe:

Neeem... o pai nem procura saber... se... quando tem resultado, nem nada. Ele sempre foi assim. (F1)

Wagner et. al. (2002) também afirmam que mesmo com as transformações que a família sofreu e ainda vem sofrendo ao longo dos anos, no que diz respeito às funções e papéis, ainda existem estereótipos de gênero vinculados à mulher, ficando direcionado a ela o papel de cuidadora do lar e dos filhos.

[...] Mãe. [...] Ela que vem nas reuniões, ela, meu pai também pergunta... os dois participam, mas mãe participa mais. Pai também, os dois tão sempre assim, tudo que eu preciso, fazer um trabalho, não entendi certa coisa, minha mãe vai lá e me ajuda...ela faz mais esse papel assim . Tem reunião aí ela vem, de vez em quando é pai que vem. Mais é ela. (A2)

Os estereótipos de gênero abordam as categorias homem e mulher como construções sociais e históricas, cujas relações são atravessadas por estratégias de poder, dominação e submissão. Essa perspectiva aborda as formações de poder na sociedade, insistindo no caráter social e cultural do gênero na subordinação feminina, em contraposição às explicações de natureza biológica (SCOTT, 1990). Quando nos referimos ao gênero, entendemos os aspectos psicológicos, sociais e culturais da feminilidade e masculinidade, conjunto de expectativas em relação aos comportamentos sociais das pessoas de determinado sexo. Essas funções para o homem e para a mulher são vividas como próprias ou "naturais" de seus respectivos gêneros, construindo socialmente as relações entre homens e mulheres. Nesse sentido, percebemos na relação da família com a escola que a função de acompanhar o dia a dia escolar dos filhos, na maioria dos casos é da mulher, sendo "natural" nessas famílias que seja função da figura feminina. Quando relatada a participação dos pais, esta aparece como a função de buscar e levar o filho à escola, ficando claro que nas situações que envolvem a relação da família com a escola, poucas vezes o pai participa. Uma mãe relata da sua participação e do pai, caracterizando o que é considerado próprio da função de pai e próprio da função de mãe:

[...] E ele... a parte dele é, assim, corrigir o que tá errado, né? E a minha parte, sempre é, né? A parte da mãe é, né? É compartilhar com o filho, né? (F2)

As falas acima evidenciam a proposição de Wagner, Predebon, Mosmann e Verza, citados por Dessen (2010), de que a divisão de tarefas domésticas, a educação e criação dos filhos não acompanham proporcionalmente as mudanças de uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e na participação delas no sustento financeiro da casa. Fato que também é reafirmado com a condição das mães entrevistadas, já que a maioria delas estão inseridas no mercado de trabalho e assumem a maior responsabilidade na educação dos filhos. Além disso, ao serem convidados para participarem da pesquisa, em dois casos somente as mães se disponibilizaram para contribuir, o que nos leva a pensar novamente em um maior engajamento delas nas questões dos filhos. Em apenas uma família houve a participação do pai, sendo que apenas nesse caso foi afirmado que o pai participa das questões escolares da filha, conforme a fala abaixo:

[...] Ai ele vai, e conversa. As reuniões ele sempre participou. Sempre houve participação dos dois... dos dois, nós dois somos dedicados nesse ponto aí, nós somos. (F3)

Nas entrevistas fica evidente a maior participação da figura da mãe no dia a dia escolar do filho, sem uma participação efetiva do pai. No entanto, na entrevista em que participaram ambos os pais, há uma clara facilidade de comunicação entre o casal, bem como entre os pais e os filhos, o que pode ter sido fator facilitador para o desenvolvimento da filha, que apresenta um bom desempenho e um desenvolvimento bom nas situações de vida. Esses dados nos fazem pensar que o subsistema parental, no que se refere à escola, muitas vezes não está exercendo sua função em parceria, sobrecarregando um dos pais. Nesse sentido, de acordo com Minuchin (1982), podem existir fronteiras não nítidas e permitir um envolvimento maior da mãe com os filhos e muitas vezes camuflar até mesmo um problema do subsistema conjugal. Tal fato aparece na fala de uma mãe, quando afirma que o filho tem uma melhor relação com ela, estabelecendo relação de confiança, através do diálogo, enquanto que o pai tenta impor respeito de uma maneira mais severa, mais dura.

Ele tem uma relação melhor comigo, entendeu? Ele tem uma relação

melhor comigo. O pai dele, igual eu te falei, ele é mais fechado, né? Ele que fazer aquela linha durona, né? Impor respeito, é assim que funciona mais ou menos o relacionamento deles dois, entendeu? É dessa forma. (F2)

Também sobre a participação de pais no contexto escolar, Carvalho (2004) aponta que quando há presença do pai, ela é surpreendente, pois a presença considerada predominante, ou até exclusiva, nas reuniões se refere às mães e a mesma situação se repete no que diz respeito às conversas com os professores.

O professor também é considerado um coconstrutor das histórias em que participa e, portanto, é um coconstrutor no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos adolescentes. Isso vai ao encontro do que Polity (2009) afirma, considerando que o contexto construído pelo e no encontro das relações são fundamentais na aprendizagem, evidenciando o caráter interacionista da aprendizagem. Algumas falas de alunos e pais apontam para uma boa relação entre professor e aluno, o que contribui para o processo de aprendizagem e para o desenvolvimento do adolescente, conforme podemos ver:

Eu gosto de dar ideias pra uma palestra, às vezes eu... eu gosto de vários professores e eles também gostam de mim, dos colegas também, então [...]. (A1)

É preciso considerar que o sujeito precisa interagir com o outro para aprender, de maneira a construir o seu conhecimento a partir de um conhecimento anterior, compartilhado com o outro. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem envolve professor e aluno, através de estruturas conjuntas, através de reflexões pessoais e interpessoais. Essa colocação nos leva a pensar a respeito da intersubjetividade apresentada por Grandesso (2011), que defende a importância de uma visão inter-relacional dos fatos.

Nesse sentido, vale apresentar a fala do aluno, onde ele relata a interação entre aluno e professor, fator que facilita o processo de ensino-aprendizagem, considerado um processo também inter-relacional, que envolve diversos atores.

[...] Eu me dou bem com os professores, não com os alunos da sala, eu me esforço pra dá bem, mas não são todos aqueles que eu consigo. (A2)

Polity (2009) apresenta a importância da família e da escola como pilares de transmissão e edificação da educação, colocando-as como corresponsáveis e

coautoras nesse processo, o que concorda com a ideia da importância de uma busca pela comunicação e pelo estabelecimento e manutenção da relação família-escola.

[...] E assim, eles participarem aqui é um pouco difícil... igual eu já falei, minha mãe ela participa mais, então meu pai não posso falar, nem minha irmã. Agora minha mãe, digamos que a relação dela com a escola é boa também. (A2)

Tal questão aparece no decorrer das entrevistas, porém fica claro que essa relação, na maioria das vezes acontece de maneira bastante restrita, sendo que a família não apresenta o hábito de procurar a instituição com frequência e a escola, por sua vez, de acordo com os alunos e seus familiares, fica restrita a procurar a família apenas para as reuniões de pais. Não há, então, uma comunicação frequente entre as duas instituições, mesmo havendo abertura da escola quando solicitada pela família, como fica evidente na fala abaixo:

[...] Hum... acho que não porque é... principalmente esse ano, minha mãe não tá tão presente assim nas coisas da escola. Então acho que não[...]. (A1)

Nesse contexto, a presença dos pais fica restrita a quando a escola demanda:

Eu acho que já estive mais próxima, mas também não me incomoda do jeito que tá não. Em reunião de pais minha mãe vem, então eu acho que... que não precisa de mais que tá não. (A1)

No entanto, vale refletir sobre o afastamento desses pais com relação à escola, já que estamos tratando a respeito de alunos adolescentes, fase em que os mesmos devem desenvolver a autonomia. Esse afastamento, então, pode estar relacionado diretamente ao fato de o aluno estar se desenvolvendo e buscando, ele mesmo, resolver suas questões dentro da escola. Fica evidente em diversos momentos das entrevistas, que os adolescentes passam a questionar e responder pelas suas atitudes dentro do ambiente escolar.

A família é o mais importante elo em nossa rede social, é através dela que nossa subjetividade é modelada e que a cultura é introduzida. A escola, por sua vez, é a instituição que, em parceria com a família, cria contextos favorecedores ao

aprendizado. Alguns pais relatam a importância dessa parceira família-escola para o desenvolvimento de seus filhos, conforme podemos ver nas duas falas abaixo:

[...] É... não... eu to falando assim, que é um conjunto da família com os professores, os professores, a escola em si ela é muito dedicada aos alunos. É... eu achei a interação muito grande. (F3)

Ressaltam ainda a importância também da participação dos filhos, o aluno que faz esse elo na relação.

[...] É... tem que ter esse acompanhamento dos dois lados. Dos três né? O aluno, os pais e a escola. (F4)

Sendo assim, vale salientar a importância de a família e a escola estabelecerem relações de parceria para que o aprendizado e o desenvolvimento do aluno possam ser estimulados, facilitados e favorecidos. Em algumas narrativas dos alunos, percebemos que essa parceria acontece em alguns momentos como pode ser visto na fala abaixo (POLITY, 2009).

A escola, por exemplo, não se demonstrava tão interessada, mas até um tempo atrás... (...) desse tempo pra cá deu uma mudadinha, mas antes não era não. (A2)

Contudo, em algumas entrevistas, a relação entre a escola e a família aparece como não sendo de maneira satisfatória, na medida em que a primeira se coloca aberta, mas quando solicitada nem sempre se mostra assim:

Na hora que tem uma reunião com os pais, não é comigo não, com os pais, reunião de pais, nossa... coloca a escola assim... aberta para os pais, qualquer problema, qualquer coisa, qualquer reclamação, mas na realidade não é assim. Quando... quando um pai vem e... e questiona alguma coisa... começa a dar... a jogar indireta na sala de aula, porque isso já aconteceu com uma parente minha aqui nessa escola. (F1)

Tal posicionamento da escola acaba por dificultar o desempenho do adolescente, já que a aprendizagem, segundo Polity (2009), ocorre de forma inter-relacionada entre família e escola e essa integração, quando não presente, coloca em risco a aprendizagem do aluno. Nesse sentido, a autora afirma que:

No entanto, para que a escola esteja apta corresponder a essas expectativas, é preciso que ela adote um outro paradigma educacional: que tenha uma visão ampla o suficiente para comportar o sujeito da aprendizagem, sua família e seus sistemas significativos, funcionando, muitas vezes, como mediadora do processo inter-relacional (POLITY, 2009, p. 212).

Margareth Mahler, citada por Guimarães et. al. (2009), considera o processo de ganho de autonomia, o qual denominou processo de separação-individuação, como sendo crucial no período da adolescência. Para a psiquiatra, a individuação se dá a partir da separação emocional do adolescente em relação às figuras de maior influência sobre ele: seus genitores. Tal processo tem grande influência no modo como o adolescente encara as situações vividas nos diversos âmbitos de sua vida. A busca pela individuação muitas vezes acontece de maneira difícil para alguns sujeitos, como nos fala esta aluna:

[...] tive que criar uma responsabilidade e, e eu não sei se eu tava preparada, sabe? ai... não sei... eu gosto, mas ao mesmo tempo eu preferia ser criança. (A1)

Além disso, a fase do ciclo vital exige que os pais saibam zelar, mas saibam também deixar os filhos amadurecerem, sendo necessário redefinir as regras e limites do sistema familiar. É nesse sentido que Carter e McGoldrick (2007) consideram que as famílias com filhos adolescentes precisam incorporar as mudanças ocorridas nessa fase do ciclo vital, buscando ao mesmo tempo o zelo e o crescimento dos filhos.

Também nas falas dos entrevistados, fica claro que há uma busca pela autonomia no que se refere às questões do ambiente escolar, visto que a maioria dos alunos afirmaram tentar resolver as situações por conta própria, sem envolver os pais.

A maioria dos alunos aqui, a maioria eles mesmos que resolvem as coisas e eu só não tava acostumada a resolver sozinha, mas agora eu já acostumei. (A1)

Outro aluno reforça a busca pela resolução de suas situações por conta própria, mas acrescenta que quando é necessário sempre busca a família.

[...] Porque o que tem pra mim resolver aqui eu resolvo, o que eu consigo

resolver, mas quando precisa da minha família, aí eu deixo eles a par do que tá acontecendo. (A2)

Nesse mesmo sentido, o aluno ressalta a importância de aprender a resolver as situações e ter uma maior autonomia em relação a seus pais.

[...] Porque eu também acho que isso eu tenho que aprender a resolver já minhas próprias coisas pra mim aprender a amadurecer já e ... não ficar dependendo sempre de pai e mãe pra tudo. (A2)

Todas essas relações estabelecidas no ambiente escolar e que o envolve, se tornam importantes de serem consideradas e analisadas, na medida que o modelo sistêmico construcionista social de ensino passa a considerar todos os sujeitos envolvidos como corresponsáveis pelo processo pedagógico e suas vicissitudes, diferente do modelo tradicional de ensino que leva em conta apenas o aluno quando ocorrem queixas na aprendizagem (POLITY, 2009).

Trabalhar as relações na escola, bem como na família, juntamente com as redes envolvidas, permite que cada um perceba o lugar que lhe cabe, favorecendo uma organização (interna e externa) vital para o desenvolvimento do sujeito da aprendizagem (POLITY, 2009, p. 215)

A partir disso e pensando a aprendizagem e a educação como sendo responsabilidade entre a escola, a família e os outros sistemas envolvidos, bem como considerando as falas dos entrevistados nesta pesquisa, salientamos importância de se pensar em intervenções que possibilitem à escola e à família o estabelecimento de vínculos mais estreitos, como maneira de contribuírem para um melhor desenvolvimento dos adolescentes no âmbito escolar.

4.2.3 Interferências da família e da escola

A adolescência é um período marcado pela busca da independência e da contestação da autoridade dos pais. No entanto, Pinto (2008) afirma que mesmo com essa busca pela independência, os adolescentes consideram as suas relações como pontos de referência importantes em seus esforços em busca de si mesmo e do seu lugar no mundo. As influências dessas relações acontecem de forma positiva, contribuindo para o amadurecimento do adolescente ou de maneira negativa,

afetando o convívio familiar e as relações no ambiente escolar.

O IFNMG – *Campus* Montes Claros, escola onde foi realizada esta pesquisa, apresenta uma característica diferente, haja vista que os alunos, além de cursarem o ensino médio, fazem o curso técnico de maneira integrada. Com isso, é possível perceber que há uma grande busca pela independência tanto por parte do aluno quanto por parte da escola. As relações estabelecidas dentro do contexto escolar contribuem de maneira positiva para o amadurecimento dos adolescentes, quando os professores buscam formar profissionais técnicos, incentivando a autonomia, para que possam ter condições de atuar em um ambiente de trabalho. Por outro lado, os alunos são obrigados a realizarem estágios e se inserirem no mercado de trabalho, o que também contribui de maneira peculiar para o amadurecimento desses jovens.

Milani, citado por Pinto (2008) considera que o adolescente, a escola e a família são sistemas com dinâmicas internas próprias que interagem de forma simultânea com os outros sistemas. Esses três sistemas constituem um sistema mais abrangente através de suas inter-relações e, funcionando de maneira equilibrada, cooperativa e flexível, beneficiam cada componente dos sistemas.

Sobre isso, Pinto (2008) considera que os professores e dirigentes de escolas desejam uma participação mais ativa dos pais nas atividades desenvolvidas. Com isso, reconhece-se a importância do trabalho da escola e a construção, por ela mesma, de ações para acolher e relacionar-se com as outras instituições sociais, dentre elas a família.

No decorrer das entrevistas fica claro que a escola onde foi realizada a pesquisa, muitas vezes se preocupa em estabelecer diálogo com a família, como na fala a seguir:

[...] É a abertura, dá muita abertura, dá muita, assim... o próprio aluno faltou a escola já liga pra casa pra saber se... que que tá acontecendo com o aluno, se, porque que não foi à escola... o que que aconteceu, se... sempre dá essa facilidade, assim... os convites pra participar, também. (F4)

No entanto, nas falas dos outros entrevistados, o que fica evidente é que a relação entre a família e escola se dá, na maioria das vezes quando ocorrem reuniões de pais. Porém, eles ressaltam que quando acontece reunião, há uma abertura para a interação entre servidores e familiares.

Com isso, percebemos que faltam ações tanto da escola quanto da família

para que a relação entre as duas seja estreitada, na medida em que os pais também costumam ir à escola apenas quando são chamados, conforme a fala de um aluno.

[...] Teve uma reunião, ela vem, nunca deixou de faltar, entendeu? Se eu convidar ela pra ela vim aqui, igual eu te falei agora, ela vem. Ela sempre tá proposta. Toda vez que tem alguma coisa aí que tem, que os pais podem vim, ela sempre vem. (A2)

Uma das mães relata que também vai à escola apenas quando é chamada, considerando que ela precisa ser convidada para ir à escola.

Ah... eu só venho quando eu sou chamada. Raramente eu chego aqui para falar... pra saber como está sem, sem ser convidada. (F1)

Os pais devem interagir por meio de um contato constante com a escola, para que possam buscar uma realidade mais próxima das propostas da instituição escolar, dos objetivos dos alunos e dos próprios pais. Dessa maneira, tornaria possível uma vivência que vai ao encontro do que é objetivo tanto da família quanto da escola, o que possibilitaria uma relação mais fiel, onde as duas instituições buscariam alcançar seus objetivos partindo dos mesmos princípios. A escola, por sua vez, também deve buscar constantemente maneiras de interagir com as famílias. Essa tentativa de interação por parte da escola acontece por meio das reuniões de pais, algumas vezes no ano, e por meio de comemoração do “dia da família na escola”, quando a família é convidada a participar juntamente com os alunos. Além disso, a escola promove a festa junina, onde também convidam os familiares a participarem junto com os alunos.

Os processos de ensino-aprendizagem nas instituições educativas podem ser analisados considerando uma tríade formada por professores, alunos e conteúdo escolar. No entanto, é verdade que a formação do aluno, inclusive como ser humano, não se restringe apenas a essas três instâncias, uma vez que a participação da família é fator primordial para o sucesso do mesmo. A família, assim como a escola, também se caracteriza como uma instituição de formação e de ensino (VINOCUR citado por PINTO, 2008). Nesse sentido, uma mãe entrevistada afirma que a escola, junto com a família busca uma formação de caráter dos adolescentes:

Eu vejo uma formação de caráter, uma formação de... de... é... seria isso, uma formação de caráter, né? Assim... num todo. (F2)

A partir disso, reafirma a importância de ambos, família e escola, para que os alunos cresçam e amadureçam:

(...) os pais descobrem na adolescência do filho uma oportunidade para o seu próprio crescimento interior; a escola passa a desempenhar o seu papel na formação do caráter dos alunos, e não apenas na transmissão de informações; o adolescente encontra ambiente favorável ao seu desenvolvimento rumo à maturidade (MILANI, citado por PINTO, 2008, p.40-41).

Diante disso, vale reafirmar que o adolescente está inserido em diversos sistemas que acabam por favorecer ou dificultar o seu crescimento e o seu desempenho. Sendo assim, a família, primeiro sistema em que o sujeito se insere, exerce papel fundamental para a vida dele. A escola, por sua vez, instituição de ensino e educação, é outra grande responsável por esse desempenho, devendo não apenas promover a educação formal, mas se juntar à família para que possam juntas, buscar maneiras de favorecer o amadurecimento e desenvolvimento de seus alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos recentes têm demonstrado o interesse em abordar temas relacionados à família, à escola e à adolescência, considerando a inter-relação existente entre esses três sistemas. No entanto, ainda há muito o que avançar nessas pesquisas para que se tenha uma compreensão mais ampla. A partir desse pressuposto é que a presente pesquisa buscou aprofundar nos estudos focando o adolescente, a família e a escola, a fim de entender a inter-relação entre eles, bem como a dinâmica familiar e escolar em que os adolescentes estão inseridos. Para tanto, a pesquisa teve como participantes alunos e seus respectivos pais, com o propósito de alcançar uma visão mais ampla dessas relações, já que eles estão cotidianamente envolvidos com a questão escolar.

Foi possível perceber que o processo de desenvolvimento dos adolescentes se dá a partir de suas diversas vivências nos grupos sociais nos quais estão inseridos, sendo que a família e a escola desempenham funções primordiais para o crescimento deles. À escola cabe desenvolver seu papel de instituição de educação formal e, mais do que isso, de educação humana, abrangendo muito além do ensino das disciplinas formais. À família, por sua vez, cabe desempenhar o papel também de educadora, se preocupando em contribuir para o crescimento e amadurecimento de cada membro familiar. Às duas instituições cabe ainda buscarem trabalhar de forma complementar, com objetivos e valores que dialogam entre si, para que possam, juntas, favorecer ao adolescente a busca pela autonomia, pela independência e pelo crescimento. A parceria entre a família e a escola se mostra relevante, já que é considerada uma referência social no processo de desenvolvimento do indivíduo.

Sendo essas duas instituições responsáveis pela formação humana do sujeito, reafirma-se a importância de trabalharem juntas, buscando discutir as dificuldades, os objetivos e os conflitos vivenciados, de maneira a mediar as transformações sociais próprias dessa fase da vida.

Diante disso, vale ressaltar que para que o desenvolvimento ocorra, é necessário que as famílias ofereçam condições de apoio aos filhos e que a escola mantenha os pais informados a respeito desse desenvolvimento, das dificuldades e, assim, busquem trabalhar de maneira conjunta para que o aluno alcance um crescimento emocional, social e cognitivo.

Através das entrevistas realizadas, pode-se perceber que ainda tem muito a ser feito para que as relações estabelecidas entre escola e família se deem de maneira mais próxima. Nesse sentido, ressaltamos a importância de abordar a adolescência e família, buscando entender as situações pelas quais passam as famílias com filhos adolescentes e suas peculiaridades. Além disso, salientamos a necessidade de mais estudos na área da participação familiar dentro da escola, sendo que é sabida a relevância dessa relação entre as duas instituições para o desenvolvimento dos adolescentes. Não diferente, é fundamental que as interferências da escola e da família na vida do adolescente sejam foco de estudos para que possamos entender melhor e buscar ações facilitadoras do amadurecimento dos adolescentes.

As famílias buscam pouco a escola, restringindo suas idas às reuniões formais de pais. Da mesma forma, a escola busca pouco a família, restringindo o contato com as famílias às reuniões de pais ou quando ocorre algum problema com os alunos. Nesse sentido, pesquisas nesse campo são relevantes, haja vista que buscam mudanças de atitude por parte das instituições, para que entendam a importância de se manter um contato próximo entre elas.

É fato que este estudo não esgota a problemática do assunto em questão. No entanto, acreditamos que esta pesquisa traz contribuições acerca da temática abordada, já que resalta a importância das relações estabelecidas para o desenvolvimento dos adolescentes, além das discussões sobre a teoria sistêmica, da adolescência e da família como construção social. Evidenciamos a importância de os estudos nessa área serem aprofundados para que, assim, possam ser desenvolvidas ações que beneficiem as relações entre adolescente, família e escola.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. Família, escola e dificuldade de aprendizagem: Intervindo sistemicamente. **Psicologia escolar e educacional**, Campinas, v. 7, n. 2, p.171-178, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572003000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 12 de março de 2014.

ANTUNES, Márcia Elisa da Silva; FALCKE, Denise. Contexto familiar e escolar de adolescentes com dificuldades de aprendizagem. **Caderno psicopedagogia**. [online], v.8, n.14, p. 53-69, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cap/v8n14/a05.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2012.

ARAUJO, Cláudio Márcio de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 169-193, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 de junho de 2015.

ARIÈS, Philippe. **A História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARBOSA, Paola Vargas; WAGNER, Adriana. A construção e o reconhecimento das regras familiares: a perspectiva dos adolescentes. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722014000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 11 novembro de 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 24, p. 26-43, abril 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20090.pdf>. Acesso em: 11 novembro de 2014.

BOLDARINE, Rosaria de Fátima. **Representações, narrativas e práticas de leitura**: um estudo com professores de uma escola pública. 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNESP, Programa de Pós-Graduação em Educação, Marília. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.marilia.unesp.br%2FHome%2FPos-Graduacao%2FEducacao%2FDissertacoes%2Fboldarine_rf_me_mar.pdf&ei=TuNgVOirEcqYNo6AgZgO&usq=AFQjCNHvOqMR6EQCfmU8R_uH8B-WGm8syQ&bvm=bv.79189006,d.eXY. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

BORGES, Carolina de Campos. **Recriando vínculos familiares**: jovens e relações intergeracionais na contemporaneidade. 2006. Dissertação (Mestrado e, Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio

de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Rio de Janeiro. Disponível em:
http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arganexos/arqteses/carolinaborges.pdf. Acesso em: 03 de fevereiro de 2013.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Estratificação social. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993. p. 214.

BRAGA, Simone da Silva; SCOZ, Beatriz Judith Lima; MUNHOZ, Maria Luiza Puglisi. Problemas de aprendizagem e suas relações com a família. **Revista Psicopedagogia**. v.24, n.74, p.149-159, 2007. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v24n74/v24n74a06.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: CBIA, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm. Acesso em 26 de agosto de 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – 2005 – **Primeiros resultados**: Médias de desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada, 2007. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/SAEB1995_2005.pdf. Acesso em: 28 de novembro de 2012.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Da família patriarcal à família contemporânea. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 4, n. 1, p. 69-77, 2004. Disponível em:
<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/index>. Acesso em: 07 de maio de 2014.

CAPELLATO, I. A Grande Família. O desenvolvimento da afetividade. **Revista VIR a SER**, nº 3, páginas 5 a 10, 1999.

CAPELINHA, Joana Cristina Costa. **A qualidade das relações de amizade na adolescência e suas implicações ao nível do autoconhecimento e da autoestima**. 2013. 83f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Lisboa. Disponível em:
<http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/2524>. Acesso em: 03 de novembro de 2014.

CARTER, Betty ; MCGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121> . Acesso em: 05 de março de 2014.

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca.; RAMOS, Maria Beatriz Jacques. Família e aprendizagem escolar. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 24, n. 74, p. 182-

201, 2007. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/24/TDE-2007-04-12T143957Z-499/Publico/389091.pdf. Acesso em: 04 de novembro de 2014.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871>. Acesso em: 07 de setembro de 2015.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **Família e ciclo vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. Ciclo vital da família brasileira. In.: OSÓRIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual do. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DAVIM, Rejane Marie Barbosa; GERMANDO, Raimunda Medeiros; MENEZES, Rejane Millions Viana; CARLOS, Djailson José Delgado. Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. **Revista Rene**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 131-140, 2009. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/500/pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, N. Especial, p. 202-219, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500010. Acesso em: 04 de novembro de 2014.

DINIZ, Carolina Ferreira Nogueira. **As narrativas do jovem e sua família**: tecendo redes entre a terapia familiar sistêmica e a orientação profissional. 2007. 110f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte. Disponível em: http://www1.pucminas.br/documentos/dissertacoes_carolina_diniz.pdf. Acesso em: 11 de abril de 2013 .

FALCÃO, Deusivania Vieira da Silva. Doença de Alzheimer: um estudo sobre o papel das filhas cuidadoras e suas relações familiares. 2006. 284f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3742/1/Deusivania%20V%20S%20Falc%C3%A3o_capa_sumario_introducao_objetivos.pdf . Acesso em: 02 de julho de 2015.

FONSECA, Helena. Abordagem sistêmica em saúde dos adolescentes e suas famílias. **Adolescência e saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n.3, set. 2004. Disponível em: www.adolescenciaesaude.com/imagebank/PDF/v1n3a02.pdf?aid2=206&nome_en=v1n3a02.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e**

pesquisas em psicologia, Rio de Janeiro, ano 7, n.1, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n1/v7n1a13.pdf> . Acesso em: 13 de junho de 2015.

Fundação Carlos Chagas. **Mulheres, trabalho e família** [on-line], 2007. Disponível em: http://www.fcc.org.br/bdmulheres/download/Trabalho_e_Familia_2007.pdf. Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.

GRANDESSO, Marilene. **Sobre a reconstrução do significado**: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

GROSSMAN, Eloisa. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. **Adolescência e saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, jul. 2010. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/imagebank/PDF/v7n3a07.pdf?aid2=235&nome_en=v7n3a07.pdf. Acesso: 13 de agosto de 2015.

GUIMARÃES, Flávio Lôbo et. al. Famílias, adolescência e drogadição. In: **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Conheça o IFNMG**. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/ifnmg/conheca>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

KEHL, M. R. **Em defesa da família tentacular**. 2003. Disponível em: www.mariaritakehl.psc.br/PDF/em_defesa_da_familiatentacular.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2015.

LEÓN, Oscar Dávila. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; SOUSA, Sônia M. Gomes. **Juventude e contemporaneidade**: desafios e perspectivas. Goiânia: Editora UFG, 2009, p. 47-76.

MARANGONI, Jacqueline Ferraz da Costa. **Meu tempo, seu tempo**: refletindo sobre as relações intergeracionais a partir de uma intervenção no contexto escolar. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Brasília. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2362. Acesso em: 23 de julho de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINUCHIN, Salvador. **Família, funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MINUCHIN, Salvador; FISHMAN, Charles. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

OLIVEIRA, Adriano Machado; TOMAZETTI, Elisete M.. Quando a sociedade de

consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no Ensino Médio. **Educação em revista**, Curitiba, n. 44, p. 181-200, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 de junho de 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Problemas de la salud de la adolescência. Informe de um comité de expertos de la O. M. S.** (Informe técnico n° 308). Genebra, 1965. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/38485/1/WHO_TRS_308_spa.pdf. Acesso em: 19 de agosto de 2015.

ORSI, Maria Julia Scicchitano. Família: reflexos da contemporaneidade na aprendizagem. In: **I Encontro Paranaense de Psicopedagogia** – ABPppr, 2003, Maringá-PR. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a08Orsi03.pdf>. Acesso em: 26 de novembro de 2012.

PEREIRA, Sara Estelita Vera Vargas Rangel e . Pais e escola: construindo pontes a partir da teoria sistêmica. In: **V Mostra de Produção Científica da Pós-Graduação Lato Sensu da PUC Goiás**. Goiás, 2010. Disponível em: <http://www.cpgls.ucg.br/ArquivosUpload/1/File/V%20MOSTRA%20DE%20PROD%20UO%20CIENTIFICA/HUMANAS/7-.pdf>. Acesso em: 26 de novembro de 2012.

PETRINI, João Carlos. Notas para uma antropologia da família. In: Petrini, João Carlos. **Pós-modernidade e família: itinerário de compreensão**. Bauru: EDUSC, 2003.

PINTO, Vânia Garcia. **Família e Escola nos Processos de Escolarização de Adolescentes**. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Psicologia, Goiânia. Disponível em: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=513. Acesso em: 03 de agosto de 2015.

POLITY, Elisabeth. Terapia familiar e educação: conversações que ampliam. In: OSORIO, Luiz Carlos; VALLE, Elizabeth Pascual do (Orgs). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. **Aspectos Gerais**. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos_gerais.htm. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

PRETO, Nydia Garcia. Transformação do Sistema Familiar na Adolescência. In: CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

QUINTANA, Mário. **Poemas para ler na escola**. Rio de Janeiro: objetiva, 2012.

RAPIZO, Rosana Lazaro. **Terapia Sistêmica de Família: da instrução à construção**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 1996.

RASERA, Emerson Fernando; JAPUR, Marisa. Os sentidos da construção social: o

convite construcionista para a psicologia. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.15, n. 30, p. 21-29, 2005. Disponível em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBOQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fpaideia%2Fv15n30%2F05.pdf&ei=Rv1IVOznLc2QNvfMgZAM&usq=AFQjCNFbZOIco2vBP2573Xa_bFqM7L1EXw&bvm=bv.77880786,d.eXY. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O pensamento institucionalista e a transformação da família. In: CEVERNY, Ceneide (Org.). **Família, movimento e transformação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 97-119.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A violência contra a mulher em interlocução com a Esquizoanálise: aprisionamentos e devires. In: ROMAGNOLI, Roberta Carvalho & MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza. **Violência doméstica: estudos atuais e perspectivas**. Curitiba: Editora CRV, 2012, p.43-63.

ROMANELLI, Geraldo. Levantamento crítico sobre as relações entre família e escola. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Família & escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAAVEDRA, Luísa; TAVEIRA, Maria do Céu. Discursos de adolescentes profissional e familiar: entre o sonho e a realidade. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1375-1391, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000400006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 de junho de 2015.

SALVARI, Lúcia de Fátima Carvalho. **A relação entre família e problemas de aprendizagem: o que pensam os psicólogos e os pedagogos?**. 2004. 217f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Mestrado em Psicologia Clínica, Pernambuco. Disponível em: http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2006-12-19T185726Z-44/Publico/Lucia%20Salvari.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2012.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwirges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v. 26, n.2, p. 227-234, abril-jun.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 05-22, jul./dez. 1990.

SENNA, Regina Carmo Magalhães; DESSEN, Maria Auxiliadora. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 101-108, jan-mar. 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBOQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fptp%2Fv28n1%2F13.pdf&ei>

=AoNzVNuuJ4WrggSm2YO4CA&usg=AFQjCNHTnHhyrjbmcsPueLZ2vEwWxZhjuA&bvm=bv.80185997,d.eXY. Acesso em: 04 de novembro de 2014.

SIMINONATO, Marlene Aparecida Wischaral; OLIVEIRA, Raquel Gusmão. Funções e transformações da família ao longo da história. In: **I Encontro Paranaense de Psicopedagogia** – ABPppr. 2003. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07simionato03.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2013.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOAR FILHO, Ercy José. Novos paradigmas da psicologia e das terapias psicológicas pós-modernas. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v.14, n.1, p.85-93, jan-abril 1998. Disponível em: <https://revistaptpt.unb.br/index.php/ptp/article/view/1547/494>. Acesso em: 27 de julho de 2014.

SOUZA, Stela Maris Bretas. **Emigração**: os sentidos construídos pelos adolescentes a partir da ausência de seus pais. 2008. 101f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte. Disponível em: http://www1.pucminas.br/documentos/dissertacoes_stela_souza.pdf. Acesso em 25 de novembro de 2012.

STAMM, Maristela; MIOTO, Regina Célia Tamásio. Família e cuidado: uma leitura para além do óbvio. **Ciência, cuidado e saúde**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 161-168, jul-dez 2003. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5539>. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis RJ.: Editora Vozes, 2003.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Terapia Familiar Sistêmica**: bases cibernéticas. Campinas: Editorial Psy, 1995.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002.

XAVIER, Antônio Roberto; GOMES, Luciana Kellen de Souza. **Família e gênero**: um estudo teórico e conceitual. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença, 2011. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/07/20.pdf>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.

WAGNER, Adriana et. al. A comunicação em famílias com filhos adolescentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 75-80, jan-jun 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000100010. Acesso em: 21 de outubro de 2014.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA -
ADOLESCENTES**

Nome fictício do entrevistado: _____

Idade: _____ Série: _____ Curso: _____

1. Como é para você ser um adolescente?
2. Que desafios você enfrenta nessa fase?
3. Na sua família, quem costuma participar da sua rotina escolar? Sempre foi assim?
4. Como você percebe a sua relação com a escola?
5. Como você percebe a relação da sua família com a escola?
6. Quais as facilidades encontradas nessas relações?
7. Quais as dificuldades encontradas nessas relações?
8. Você acha que há interferência da família na sua relação com a escola?
9. E da escola na família?
10. Você considera que a família influencia no seu desempenho escolar? De que maneira?
11. Como você considera o seu desempenho escolar?
12. Há mais alguma informação que gostaria de acrescentar que eu não tenha perguntado?

OBRIGADA PELA PARTICIPAÇÃO!

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - FAMILIARES

Nome(s) fictício do(s) entrevistado(s): _____ Relação de parentesco com o aluno _____

Idade do aluno (a): _____ Escolaridade: _____

Número de pessoas da família: _____

Idades dos pais: pai _____ Mãe _____

Idades dos filhos: _____

Modelo de família: (nuclear/recasamento/etc): _____

1. Como é para vocês ter um filho adolescente?
2. Que desafios você observam nessa fase?
3. Na família, quem costuma participar da rotina escolar do(a) seu(sua) filho(a) ?
Sempre foi assim?
4. Como vocês percebem a relação do (a) seu(sua) filho(a) com a escola?
5. Como vocês percebem a relação da família com a escola?
6. Quais as facilidades encontradas nessas relações?
7. Quais as dificuldades encontradas nessas relações?
8. Vocês acham que há interferência da família na relação do (a) seu(sua) filho(a) com a escola?
9. E da escola na família?
10. Você considera que a família influencia no desempenho escolar do adolescente? De que maneira?
11. Como você considera o desempenho escolar do(a) seu(sua) filho(a)?
12. Há mais alguma informação que gostaria de acrescentar que eu não tenha perguntado?

OBRIGADA PELA PARTICIPAÇÃO!

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: CAAE 23672113.1.0000.5137

Título do Projeto: Família e juventude: uma análise sistêmica no contexto escolar

Prezado Aluno(a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará a relação entre a dinâmica familiar e o desempenho escolar dos jovens através de uma leitura sistêmica. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Sua participação é muito importante e é voluntária. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Você foi selecionado(a) porque é aluno da instituição onde a pesquisa será realizada e porque acredito que você e sua família poderão contribuir de forma a acrescentar dados importantes no estudo que se propõe. A sua participação nesse estudo consiste em responder questionário sobre o assunto abordado, bem como conceder entrevista durante os encontros a serem realizados com as famílias e com os jovens que estudam no IFNMG-Campus Montes Claros, onde ocorrerá a troca de experiências e informações entre os participantes. As entrevistas acontecerão no Campus do IFNMG e abordarão temas relacionados à dinâmica familiar, jovens e desempenho escolar. Como forma de registro das entrevistas, será utilizada a gravação das mesmas, que serão utilizadas exclusivamente na pesquisa a que este termo se refere e ficarão sob a responsabilidade desta pesquisadora, assim como os questionários aplicados. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos, e após esse tempo serão destruídos.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Os resultados dessa pesquisa servirão para expandir estudos sobre o tema e possibilitarão intervenções que tragam avanços diretos para o público-alvo, intervenções que visem alcançar melhores resultados dos alunos na escola, além de uma melhor qualidade nas relações que envolvem a família e a escola.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Pesquisador responsável: Amanda Chaves Moreira Cangussu

Endereço: Avenida Reinaldo Rocha Britto, 505 – Ibituruna – Montes Claros/MG

Telefone: (38)8414.4749

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

Montes Claros, de de 2014.

Dou meu assentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Data

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Nome do pesquisador (em letra de forma)

Assinatura do pesquisador

Data

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: CAAE 23672113.1.0000.5137

Título do Projeto: Família e juventude: uma análise sistêmica no contexto escolar

Prezado Sr(a),

Você e o(a) menor sob sua responsabilidade estão sendo convidados a participarem de uma pesquisa que estudará a relação entre a dinâmica familiar e o desempenho escolar dos jovens através de uma leitura sistêmica.

Vocês foram selecionados(as) porque o(a) menor sob sua responsabilidade é aluno(a) da instituição onde a pesquisa será realizada e porque acredito que vocês poderão contribuir de forma a acrescentar dados importantes no estudo que se propõe. A sua participação nesse estudo consiste em responder questionário sobre o assunto abordado, bem como conceder entrevista durante os encontros a serem realizados com as famílias e com os jovens que estudam no IFNMG-Campus Montes Claros, onde ocorrerá a troca de experiências e informações entre os participantes. As entrevistas acontecerão no *Campus* do IFNMG e abordarão temas relacionados à dinâmica familiar, jovens e desempenho escolar. Como forma de registro das entrevistas, será utilizada a gravação das mesmas, que serão utilizadas exclusivamente na pesquisa a que este termo se refere e ficarão sob a responsabilidade desta pesquisadora, assim como os questionários aplicados. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos, e após esse tempo serão destruídos.

Sua participação é muito importante e voluntária. Você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação, quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Os resultados dessa pesquisa servirão para expandir estudos sobre o tema e possibilitarão intervenções que tragam avanços diretos para o público-alvo, intervenções que visem alcançar melhores resultados dos alunos na escola, além de

uma melhor qualidade nas relações que envolvem a família e a escola.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar e que o(a) menor _____, portador(a) do documento de Identidade _____ sob minha responsabilidade participe desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Pesquisador responsável: Amanda Chaves Moreira Cangussu

Endereço: Avenida Reinaldo Rocha Britto, 505 – Ibituruna – Montes Claros/MG

Telefone: (38) 8414.4749

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

Montes Claros, _____ de _____ de 2014.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Data

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Nome do pesquisador (em letra de forma)

Assinatura do pesquisador

Data